

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

FACULDADE DE ECONOMIA

Midihã Ferreira da Silva

**Gênero e Pobreza: um estudo de caso das mulheres chefes de
domicílio das comunidades de baixa renda do Caju**

**Niterói
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Midihã Ferreira da Silva

Gênero e Pobreza: um estudo de caso das mulheres chefes de domicílio
das comunidades de baixa renda do Caju

Dissertação de Mestrado apresentada a
Faculdade de Ciências Econômicas da
Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para a obtenção do Título de
Mestre em Ciências Econômicas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Hildete Pereira de Melo

Niterói,
2006

Silva, Midihã Ferreira da

Gênero e pobreza: um estudo de caso das mulheres chefes de domicílio das comunidades de baixa renda do Caju / Midihã Ferreira da Silva. Niterói: [s.n.], 2006. 40f.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

1. Gênero. 2. Pobreza. 3. Favela do Caju (RJ). I. Melo, Hildete Pereira de, orientadora.

MIDIHÃ FERREIRA DA SILVA

GÊNERO E POBREZA: UM ESTUDO DE CASO DAS MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO DAS
COMUNIDADES DE BAIXA RENDA DO CAJU

Dissertação de Mestrado apresentada a
Faculdade de Ciências Econômicas da
Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para a obtenção do Título de
Mestre em Ciências Econômicas

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Hildete Pereira de Melo – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Marta Castilho
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Adilson de Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói,
2006

Resumo

Esta dissertação, por intermédio de um estudo de caso das mulheres chefes de domicílio da Favela do Caju da cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo contribuir para o estudo da pobreza sob a perspectiva de gênero, abordando o atual debate sobre a possibilidade de se considerar o crescimento da chefia feminina domiciliar como indicador de aumento da pobreza das mulheres. De acordo com os resultados do estudo de caso, a chefia feminina domiciliar pode ser considerada como indicador de maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza, mas não como indicador de maior pobreza das mesmas.

Palavras Chaves: Gênero; Pobreza; Chefia Feminina Domiciliar; Favela do Caju.

Abstract

This dissertation, by means of the study of female headed households in the ghettos of Caju, in Rio de Janeiro, has as objective to contribute towards the study of poverty in gender perspective boarding the actual debate of the possibility to consider the female headed household's increase as indicator of increasing women's poverty. According to the results of the case study, female headed households can be considered as an indicator of the women's vulnerability towards poverty, but not as indicator of increasing women's poverty.

Key words: Gender; Poverty; Female headed households; Guettos of Caju.

Sumário

Apresentação	10
I. A Importância do Tema	11
I.1. Introdução	11
I.2. Hipótese e Objetivo.....	13
I.3. Metodologia	14
II. Gênero e Pobreza	17
II.1. O conceito de gênero e sua importância	17
II.2. Pobreza: qual é o seu significado?	20
II.2.1. Indicadores de pobreza com perspectiva de gênero.....	27
II.3. A chefia feminina domiciliar/familiar	28
III. Um Quadro da Pobreza no Brasil sob a Perspectiva de Gênero	34
III.1. A situação sócio-econômica de homens e mulheres na sociedade brasileira	34
III.2. Uma síntese da pobreza no Brasil na década de 1990.....	45
III.2.1. As características da pobreza no Brasil sob a perspectiva de gênero	46
IV. A Chefia Feminina Domiciliar nas Comunidades de Baixa Renda do Caju	55
IV.1. O Complexo do Caju: breve histórico.....	55
IV.2. O Caju e suas Características	57
IV.3. Perfil dos Responsáveis por Domicílio no Caju.....	68
V. Conclusão	84
Referência Bibliográfica	87
Anexo	91

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Brasil – População residente segundo sexo, 1991/2001.....	35
Tabela 2 – Esperança de vida ao nascer (em anos) segundo sexo.....	35
Tabela 3 – Brasil – População segundo raça e sexo, 2001	35
Tabela 4 – Brasil – Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade segundo sexo, 1991/2001	36
Tabela 5 – Brasil – Pessoas acima de 5 anos de idade por sexo segundo anos de estudo, 1991 e 2000	37
Tabela 6 – Brasil – Pessoas com 15 anos ou mais de estudo segundo sexo, 1991/2000	37
Tabela 7 – Brasil – População Economicamente Ativa, 2001	38
Tabela 8 – Brasil – Distribuição da população ocupada segundo anos de estudo e sexo, 2001	39
Tabela 9 – Brasil – Distribuição percentual dos ocupados por sexo e posição na ocupação, 1993/1995/1998	40
Tabela 10 – Brasil – Distribuição da população ocupada por ramo de atividade e sexo, 2001	41
Tabela 11 – Brasil – Rendimento médio mensal da população ocupada por grupos de anos de estudo e sexo, 2001	43
Tabela 12 – Brasil Urbano – Distribuição dos homens e das mulheres segundo a condição na família, 2001	44
Tabela 13 – Brasil Urbano – Posição na ocupação por condição na família (%), 2001.....	45
Tabela 14 – Brasil – Distribuição da população segundo regiões e cor/raça, 2001.	47
Tabela 15 – Brasil – Distribuição da população segundo regiões, 2001.....	47
Tabela 16 – Brasil, 2001.....	48
Tabela 17 – Brasil – Distribuição de anos de estudo de homens e mulheres chefes de família, segundo tipos de família, 2001.....	52
Tabela 18 – Brasil – Renda Média de todas as fontes de trabalho dos chefes de família segundo sexo e tipos de família, 2001	53
Tabela 19 – População do Caju e do Município do Rio de Janeiro, 1980-2000.	57
Tabela 20 – Caju – Tipos de Domicílios segundo suas Características.	61
Tabela 21 – Caju – Participação da renda dos responsáveis no total da renda dos domicílios	62
Tabela 22 – Caju – Percentual de Domicílios segundo Posse de Bens Duráveis.....	65
Tabela 23 – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Domicílios Particulares Permanentes segundo a posse de bens duráveis	67
Tabela 24 – Caju – Posição na Ocupação do Responsável (Homem).....	77
Tabela 25 – Caju – Posição na Ocupação da Responsável (Mulher)	77
Tabela 26 – Caju – Condição de Ocupação dos Responsáveis (Homens e Mulheres) por domicílio (não declarados)	79
Tabela 27 – Caju – Ramo de Atividade do Responsável (Homem).....	80
Tabela 28 – Caju – Ramo de Atividade da Responsável (Mulher)	80

Índice de Figuras

Figura 1 – Brasil – Taxa de desemprego segundo região metropolitana e sexo, 2001	42
Figura 2 – Brasil – Distribuição das pessoas por sexo e tipos de família (%), 2001.....	49
Figura 3 – Brasil – PIB per capita (em dólares)	50
Figura 4 – Brasil – Distribuição das pessoas segundo anos de estudo e tipos de família, 2001	51
Figura 5 – Caju – Sexo do Responsável	69
Figura 6 – Caju – Cor/Raça do Responsável (Homem)	71
Figura 7 – Caju – Cor/Raça da Responsável	72
Figura 8 – Caju – Idade do Responsável (Homem)	73
Figura 9 – Caju – Idade da Responsável (Mulher).....	73
Figura 10 – Caju – Escolaridade do Responsável (Homem).....	74
Figura 11 – Caju – Escolaridade da Responsável (Mulher).....	75
Figura 12 – Caju – Classe de Renda do Responsável (Homem)	81
Figura 13 – Caju – Classe de Renda da Responsável (Mulher)	81

Apresentação

Meu interesse pelo estudo das questões de gênero na economia foi iniciado durante a minha graduação em ciências econômicas na Universidade Federal Fluminense quando participei, como bolsista de iniciação científica, de uma pesquisa sobre a atuação feminina no sistema de ciência e tecnologia, orientada pela professora Hildete Pereira de Melo.

Quando ingressei no programa de pós-graduação em economia atuei como assistente de pesquisa, durante um ano, na elaboração de um relatório sobre Pobreza e Energia na Favela do Caju coordenado pelo professor Adilson de Oliveira do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Por intermédio deste relatório comecei a me interessar sobre o estudo do fenômeno da pobreza, por isso resolvi realizar uma dissertação que relacionasse os dois temas de meu interesse: pobreza e gênero.

Analisando a literatura que aborda estes dois conceitos pude observar que há um debate sobre a chefia feminina domiciliar, mais especificamente sobre a possibilidade de se considerar o atual aumento de domicílios chefiados por mulheres como um indicador do aumento da pobreza das mulheres. Com isso, em minha dissertação, ao realizar um estudo de caso das mulheres chefes de domicílio da favela do Caju, procuro dar uma contribuição a atual discussão sobre esta questão e assim contribuir para o estudo da pobreza sob a perspectiva de gênero.

I. A Importância do Tema

I.1. Introdução

O fenômeno da pobreza e da desigualdade, com seus diferentes significados e manifestações, constituíram-se temas motivadores da questão teórica econômica desde o século XVIII. Neste período, teóricos como Smith e Malthus procuravam encontrar uma justificativa moral para a nova ordem social (o capitalismo industrial). Esta seria moralmente justificada caso fosse capaz de reduzir ou eliminar a pobreza, ou seja, caso fosse socialmente justa (Kerstenetzky, 2000).

Para Smith o progresso econômico, que é o estado natural desta nova ordem, seria acompanhado pelo aumento da demanda por mão-de-obra e, conseqüentemente do aumento do emprego e dos salários nominais e reais – devido o barateamento dos bens de consumo que por sua vez é conseqüência da elevação da produtividade. Além disso, a transformação dos pobres em trabalhadores e o aumento salarial como fruto do progresso econômico acabariam por reduzir as desigualdades entre as classes sociais (trabalhadores e capitalistas) (Kerstenetzky, 2000).

O que se observou, no entanto, foi que esta redução da pobreza e da desigualdade através da transformação dos pobres em trabalhadores por conta do progresso econômico não se realizou, pelo menos não na proporção esperada por Smith. Por isso, a pobreza continuou objeto de estudo não apenas de economistas, mas também de historiadores e sociólogos até os dias atuais.

No século XX, a ruptura com o pensamento liberal – de que o mercado se encarregaria de acabar com o pauperismo – se deu mais efetivamente na década de 1930 devido à Grande Depressão. A adoção do *New Deal* nos EUA no período entre guerras se destacou como exemplo de forte intervenção pública para amenizar o problema do desemprego e do empobrecimento em massa (Hasenbalg, 2003).

Mesmo na “Era de Ouro” após a Segunda Guerra Mundial, a preocupação com a pobreza não desaparece nos países hoje desenvolvidos. Mas é na década de 1970 com a crise do sistema de produção em massa que o debate público sobre a pobreza volta à tona nestes países (Hasenbalg, 2003).

A América Latina, na década de 1970, vivenciou um elevado crescimento econômico que conviveu com fortes desigualdades distributivas. Isto porque, acreditava-se, nestes países, que o desenvolvimento social viria como subproduto do crescimento econômico, não sendo, portanto necessárias políticas para a redução da pobreza e da desigualdade. Somente nos anos 1980, com a crise do modelo desenvolvimentista, a questão da pobreza se torna relevante nestes países (Hasenbalg, 2003).

Desde a década de 1970, como parte da luta travada pelo movimento feminista que ganhou força na América Latina na década de 1960, as feministas vêm denunciando o fato de que o fenômeno da pobreza vem sendo tratado em seus estudos desprezando-se as questões de gênero. O não tratamento das questões de gênero nos estudos sobre pobreza impede a observação das relações sociais que explicam a real dimensão e dinâmica desta questão.

O conceito de gênero introduzido, a partir da década de 1980, nos estudos das diversas áreas das ciências humanas tem se revelado um conceito importante para o entendimento das relações ente os sexos como relações de poder culturalmente estabelecidas. Com a introdução do conceito de gênero como categoria de análise das relações sociais, as diferenças entre os sexos deixaram de ser percebidas como diferenças provenientes apenas das características biológicas de cada um. Sendo assim, este conceito trouxe consigo a “desnaturalização” das atribuições femininas e masculinas na sociedade, mostrando que o *ser homem* e o *ser mulher* são construções sócio-culturais (Machado, 1998).

De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas¹, a garantia de direitos iguais para homens e mulheres é pré-requisito para a diminuição da pobreza e a aceleração do desenvolvimento dos países, já que a discriminação contra mulheres e meninas reduz a

¹ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, www.presidencia.gov.br/spmulheres, acessado em 22/02/2006.

produtividade de quase metade da população mundial. No entanto, dados de 2005 da Organização das Nações Unidas mostram que nenhum país do mundo conseguiu até hoje eliminar a desigualdade de gênero.

Na literatura atual que relaciona pobreza e gênero existe um debate sobre a possibilidade de se utilizar a chefia feminina domiciliar como indicador de maior pobreza das mulheres. Alguns estudiosos² sobre o tema – que serão mostrados adiante – acreditam que o aumento do número de domicílios chefiados por mulheres, em alguns países, indica a manifestação do fenômeno conhecido como “feminização da pobreza”. Isso porque, segundo estes estudiosos, esses domicílios têm maior probabilidade de serem pobres, devido à discriminação que passam as mulheres no mercado de trabalho, e porque, em geral, são domicílios que se caracterizam pela ausência do cônjuge.

Contudo, estudos mais recentes³ para a América Latina têm revelado que os domicílios chefiados por mulheres são muito heterogêneos, e que em termos de renda, não há vínculo sistemático entre pobreza e domicílios sob responsabilidade feminina. Por isso, uma categorização definitiva destes domicílios como os “mais pobres dos pobres” seria muito radical.

I.2. Hipótese e Objetivo

Sob a hipótese de que homens e mulheres experimentam a pobreza de forma diferenciada, este trabalho tem como objetivo contribuir para o estudo da pobreza sob a perspectiva de gênero. Para tanto, foi realizado um estudo de caso das comunidades de baixa renda do Caju com o intuito de analisar as diferenças das características de homens e mulheres responsáveis por domicílio destas comunidades, e com isso, observar se realmente a chefia feminina domiciliar pode ser considerada um indicador de maior pobreza das mulheres ou apenas um indicador de maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza.

² Ver: Barroso (1978); Barros, Fox e Mendonça (1994).

³ Ver: Chant (2003); Godoy (2003); Oliveira et alli (2002).

I.3. Metodologia

Um dos grandes problemas que se colocam no estudo sobre a pobreza é a sua mensuração. Como, em geral, são limitadas as fontes de informações para a mensuração do patrimônio e para a identificação das estratégias de sobrevivência das pessoas, os estudos sobre pobreza no Brasil têm tradicionalmente utilizado a renda domiciliar ou individual como parâmetro de mensuração do nível de pobreza dos indivíduos. No entanto, o debate sobre a pobreza vem evoluindo, sendo reconhecido como um fenômeno que está muito além da insuficiência de renda monetária.

Procurando superar este problema, esta dissertação adotou, como proposta metodológica para o desenho da linha de pobreza, um indicador que reúne dados da renda do domicílio com itens relativos ao patrimônio e o acesso ao crédito dos mesmos. Esta metodologia é a mesma que foi formulada para a pesquisa sobre “*Energia e Pobreza*” realizada, em 2004, pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro com base nos microdados da “*Pesquisa Socioeconômica das Comunidades de Baixa Renda do Caju*”, elaborada em 2002 pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Por intermédio desta metodologia, foi possível estruturar uma tipologia para os domicílios do Caju, diferenciando-os em cinco tipos (A, B, C, D e E). Segundo esta tipologia a pobreza classifica-se na ordem alfabética crescente, ou seja, são menos pobres os domicílios tipo A e mais pobres os domicílios tipo E. Os indicadores utilizados para a formulação desta tipologia foram: rendimento mensal *per capita* dos domicílios; posse e valor do imóvel; posse de bens duráveis no domicílio; disponibilidade de crédito dos moradores do domicílio e; percentual de moradores do domicílio com carteira de trabalho assinada.

Além da análise quantitativa dos dados do Caju foi também realizada uma análise qualitativa através de entrevistas a cinco mulheres chefes de domicílio residentes na favela do Caju. O contato com estas mulheres foi realizado por intermédio da líder da associação

dos moradores de uma das comunidades do Caju⁴. Esta líder fez contato com cinco mulheres que se consideravam chefes de seus domicílios. Portanto, o critério de escolha dessas mulheres foi a própria percepção das mesmas como chefes de seus domicílios, não foi imposto nenhum outro critério.

Essas mulheres não podem ser consideradas representativas do total de mulheres pobres e chefes de domicílio do Caju, no entanto, ainda assim a realização dessas entrevistas foi considerada importante para se conhecer um pouco da história de vida dessas mulheres – desde informações sobre suas famílias de origem – e, assim, analisar quais foram os acontecimentos que as levaram a esta condição de responsável pelo seu próprio domicílio. Além do histórico de vida, as entrevistas permitiram avaliar a percepção que estas mulheres têm de suas próprias condições sócio-econômicas e o que elas consideram como fatores importantes para saírem da condição de pobreza em que estão inseridas. O resultado destas entrevistas com informações sobre estas mulheres e a história de vida das mesmas encontra-se em anexo.

Além deste capítulo introdutório, a dissertação está estruturada com mais três capítulos e uma conclusão. O segundo capítulo é um capítulo teórico sobre os conceitos de gênero e pobreza, mostrando o que vem a ser cada um destes conceitos e a relação entre os mesmos.

No terceiro capítulo apresenta-se uma síntese da pobreza no Brasil sob a perspectiva de gênero, mostrando que homens e mulheres vivenciam a pobreza de forma diferenciada devido às desigualdades entre os sexos. Para a elaboração deste capítulo foram utilizados dados dos Censos Demográficos de 1991 e de 2000 e da Síntese dos Indicadores Sociais de 2002, além de dados de alguns trabalhos já publicados sobre gênero e sobre pobreza.

Seria interessante mostrar também neste capítulo como caracteriza-se a pobreza no estado do Rio de Janeiro, uma vez que o estudo de caso deste trabalho analisa uma favela carioca. No entanto, por falta de dados sobre a pobreza com enfoque de gênero, não foi realizada uma análise do Rio de Janeiro.

⁴ O contato com a líder da associação dos moradores foi possível porque esta senhora havia participado de um dos grupos focais realizados na favela do Caju para a elaboração do relatório sobre Energia e Pobreza no Caju da UFRJ. A antropóloga Gisélia Potengy, que realizou os grupos focais foi quem fez o contato com a líder da associação dos moradores.

No quarto capítulo são apresentados a metodologia e os resultados sobre o tema em questão, baseados no estudo de caso das comunidades de baixa renda do Caju. Constata-se que a chefia feminina domiciliar mostra-se como um importante indicador de maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza, mas não como um indicador de maior pobreza das mulheres dado que mesmo numa comunidade de baixa renda, a situação das mulheres responsáveis por domicílio apresenta-se bastante heterogênea.

Por fim, nas considerações finais são sintetizados os principais pontos levantados ao longo desta dissertação, enfatizando-se os resultados obtidos com o estudo de caso.

II. Gênero e Pobreza

II.1. O conceito de gênero e sua importância

Nas sociedades pré-industriais, as relações entre os sexos já eram bem definidas. Homens e mulheres tinham papéis distintos e delineados pela sociedade. Estas diferenças entre os sexos, no entanto, não impedia que se concedesse mérito às mulheres – pondo-se de lado a atividade procriadora – por sua eficiência no trabalho agrícola, nas manufaturas caseiras e até mesmo por seu valor intelectual e decorativo nos estratos mais elevados da sociedade (Galbraith, 1985).

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista industrial e o aparecimento da família monogâmica, houve uma redefinição das relações de gênero. A família, que tinha suas funções produtivas bem definidas nas sociedades antigas, tornou-se uma instituição privada com características bem distintas do mundo público, com a direção do lar perdendo seu caráter social e transformando-se em serviço privado. No interior desta instituição foram definidos os papéis cabíveis aos homens e às mulheres.

Galbraith (1985) diz que a causa desta nova redefinição dos papéis de ambos os sexos está ligada ao desenvolvimento industrial que fez com que a família perdesse sua função produtiva, transformando-se apenas numa unidade consumidora. Isto gerou um crescente padrão de consumo popular que por sua vez criou a necessidade de administrar e dirigir este consumo. Desta forma, *“a conversão da mulher numa classe cripto-serviçal foi um feito econômico de primordial importância”* (Galbraith, 1985, pg 43).

Portanto, às mulheres coube a vida privada, ou seja, o cuidado com a casa, o papel de esposa, mãe e filha. Enquanto aos homens coube a vida pública, o trabalho não doméstico, responsável pelo sustento da família. Esta nova sociedade que instituiu a superioridade do papel masculino na ordem social, conferindo ao homem o poder de decisão em todas as instâncias da sociedade, ficou conhecida como Sociedade Patriarcal (Melo, 2000). Esta sociedade acabou criando uma nova divisão sexual do trabalho, a qual fez da mulher um ser frágil e, portanto, incapaz de realizar atividades da vida pública. *“A família conjugal moderna estruturada através da divisão sexual do trabalho impediu o*

exercício da liberdade e igualdade de forma equivalente pelos dois sexos”. (Vaitsman, 2001, pp. 15).

Atualmente, esta divisão sexual do trabalho, que de acordo com Vaitsman (2001) começou com o surgimento da chamada família moderna, se traduz em barreiras à atuação da mulher na vida pública. Mesmo com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a responsabilidade pelos afazeres domésticos continua essencialmente uma tarefa feminina – apesar dos avanços alcançados pela sociedade pós-moderna nesta área – o que por sua vez

“...mantém uma interdependência entre vida familiar e vida do trabalho, que se fundem numa mesma dinâmica para o sexo feminino. Esta evidência remete à denúncia pelo movimento de mulheres da *invisibilidade* do trabalho feminino e as desigualdades que qualificam sua inserção produtiva (rendimentos inferiores, direitos previdenciários negados, obstáculos aos planos de ascensão a cargos de chefia)” (Melo, 2004, pg. 03).

Em outras palavras, pode-se dizer que, hoje, as mulheres que atuam ativamente na vida pública passam por uma dupla jornada de trabalho, já que a responsabilidade pelos afazeres domésticos continua sendo atribuída à mulher – consequência de um não rompimento efetivo com as antigas estruturas da sociedade patriarcal.

Segundo Nogueira (2004), a atuação da mulher tanto na vida privada quanto na vida pública, mais especificamente no mercado de trabalho, foi um fator que atendeu aos interesses do capital. Esta dupla jornada de trabalho da mulher foi importante para o sistema capitalista, uma vez que a mulher pôde assim ser alocada nos empregos mais vulneráveis – de período parcial – e, portanto, pior remunerados e ainda manter sua atividade reprodutora. Além disso, o capitalismo utilizou

“essa divisão sexual do trabalho para incentivar a competição entre os trabalhadores, rebaixando os salários em decorrência do ingresso da força de trabalho feminina, incorporada à classe trabalhadora e percebendo salários ainda mais reduzidos” (Nogueira, 2004, pg. 245).

O final do século XX caracterizou-se por um período bastante ambíguo para a situação feminina na vida pública. Por um lado, observou-se uma ampliação da atuação da

mulher no mercado de trabalho nunca antes alcançada, por outro, esta atuação se deu num contexto de maior flexibilização e de precarização do emprego no mercado de trabalho provocado pelo novo modelo de produção capitalista.

De acordo com Nogueira (2004), este novo modelo do modo de produção capitalista entrou em vigor a partir do início dos anos 1970, desencadeando num processo intenso de reestruturação produtiva caracterizado pela substituição do padrão produtivo baseado no taylorismo/fordismo, originando o novo padrão chamado de *toyotismo* ou *acumulação flexível*. Esta resposta do capital à sua própria crise levou à sua reorganização e de seu sistema político e ideológico, o que pode ser observado com o advento do neoliberalismo.

Ainda segundo Nogueira (2004), a flexibilização das relações trabalhistas – causada pela reestruturação produtiva – juntamente com as políticas neoliberais estabelecem relações com o emprego feminino, já que apresentam conseqüências relevantes para a divisão sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo. Isso pode ser observado nitidamente nos anos 1990 quando a mundialização do capital teve efeitos complexos e contraditórios, afetando de forma desigual os empregos feminino e masculino. O emprego masculino sofreu uma regressão e/ou estagnação, enquanto que o emprego e o trabalho feminino remunerado cresceram tanto no setor formal quanto no informal, no entanto, este crescimento se deu principalmente nas áreas em que predominam os empregos precários e vulneráveis (esta observação será analisada com mais detalhes no capítulo 3).

Nogueira, portanto acredita que a maior inserção da mulher no mercado de trabalho e na vida pública em geral não foi suficiente para eliminar as desigualdades de gênero nas sociedades capitalistas, e isto não ocorreu porque esta situação de desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras atende aos interesses do capital.

Todas estas desigualdades entre os sexos vêm sendo o motivo do crescimento da mobilização das mulheres desde a primeira metade do século XX. A grande repercussão do movimento feminista, na luta pela igualdade entre os sexos provocou um aumento dos estudos sobre as mulheres em todos os campos do saber nas universidades a partir da década de 1980 (Melo, 2000) e foram estes estudos que formularam o conceito de gênero como categoria de análise responsável pelo entendimento das relações ente homens e mulheres como relações de poder histórica e culturalmente estabelecidas. “A introdução da

categoria gênero permite a incorporação das dimensões culturais às dimensões psicobiológicas das diferenças entre sexo masculino e feminino” (Moraes, 1998, pp. 99).

Sendo assim, o conceito de gênero trouxe consigo a “desnaturalização” das categorias homem e mulher, ou seja, as diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino não se explicam apenas pelas características biológicas de cada um, pois *ser homem e ser mulher* é uma construção simbólica, cultural (Machado, 1998).

Nos estudos sobre pobreza com um enfoque de gênero há consenso a respeito dos processos que põem as mulheres num maior risco de pobreza. As desvantagens da mulher em termos de direitos e capacidades, sua carga mais pesada no que se refere ao trabalho reprodutivo e sua baixa valorização, a limitada representação na vida política e a discriminação e desvantagem no mercado de trabalho são elementos que possuem um impacto variado e importante na pobreza relativa das mulheres e estão configurados em três fatores principais: as mulheres têm uma menor possibilidade de transformar trabalho em renda; quando elas recebem renda têm maior dificuldade em transformá-la em capacidade de decisão; e, quando elas efetivamente tomam decisões, raras as vezes são para aumentar seu próprio bem-estar (Chant, 2003).

Por isso, para entender a pobreza e sua dinâmica diferenciada para homens e mulheres torna-se necessária a utilização do conceito de gênero como categoria de análise importante para a explicação das diferenças entre os sexos como diferenças histórica e culturalmente construídas, uma vez que este conceito é capaz de ampliar o repertório conceitual da pobreza evidenciando seu caráter multidimensional e heterogêneo.

II.2. Pobreza: qual é o seu significado?

Em sua significação mais imediata, este conceito refere-se à insuficiência de renda, uma vez que a renda é o principal determinante do nível de bem-estar dos indivíduos (Rocha, 2003), sendo consideradas pobres aquelas pessoas ou famílias cuja renda não atinge um determinado nível que seria necessário para se obter a satisfação de algumas necessidades consideradas essenciais para a sobrevivência e a reprodução de qualquer pessoa.

Nesta concepção pode-se encontrar dois conceitos de pobreza: o de **pobreza absoluta** e o de **pobreza relativa** (Salama & Destremau, 1999). A primeira seria a situação na qual qualquer indivíduo ou família viveria, caso possuísse renda suficiente apenas para a sua reprodução, sendo esta renda o equivalente, em termos monetários, ao mínimo de calorias necessários à reprodução fisiológica e às despesas com moradia, transporte e vestuário. Já o conceito de pobreza relativa compara ou situa o indivíduo com a sociedade. Deste modo, podem ser considerados pobres aqueles indivíduos cuja renda é inferior a 50% da renda média ou mediana, por exemplo.

Rocha (2003), apesar de se mostrar ciente de todas as limitações do uso da renda como parâmetro de mensuração da pobreza, acredita que no caso das economias monetizadas ou modernas, a pobreza pode ser entendida como insuficiência de renda. Isto porque, a pobreza é um fenômeno complexo que pode ser entendido como a situação na qual as necessidades dos indivíduos não são atendidas de forma adequada, ou seja, “... *ser pobre significa não dispor de meios para operar adequadamente no grupo em que vive*” (Rocha, 2003, pg. 10). E no caso desse tipo de economia (monetizada) a renda apresenta-se como o instrumento responsável pelo atendimento das necessidades das pessoas e, portanto, pode ser utilizada como indicador de pobreza, uma vez que estabelece um valor monetário para o custo do atendimento das necessidades de uma pessoa de uma determinada população.

Salama & Destremau (1999), ao contrário, dizem que a pobreza é tanto um fato como um sentimento, por isso, a definição de pobres como sendo aqueles cujo nível de renda está abaixo de um determinado patamar acaba por definir as pessoas como pobres ainda que elas assim não se considerem. Além disso, dizem que a abordagem tradicional privilegia o mercado, uma vez que não leva em consideração fatores como: auto-consumo, solidariedade e a ação do Estado – fatores estes que são de extrema importância, principalmente nas zonas rurais, onde em geral o nível de renda monetária das pessoas é baixo.

Dentro deste ponto de vista, qualquer indicador de pobreza definido a partir de um certo nível de renda poderá tanto superestimar quanto subestimar a pobreza. Isto porque a renda é um fluxo e a reprodução dos indivíduos não depende apenas dos rendimentos monetários, portanto a análise da pobreza sob o prisma da renda pode acabar

superestimando-a. Ao mesmo tempo, o uso da renda como indicador de pobreza pode levar à subestimação da mesma, já que levando-se em consideração apenas a renda, fica de fora o patrimônio das pessoas que por sua vez é um fator de extrema importância na explicação do fenômeno da pobreza. Caso o patrimônio seja reduzido por causas naturais, por motivos políticos ou como consequência de novas políticas econômicas, o indivíduo pode se tornar pobre. De acordo com Salama & Destremau:

“É possível definir os pobres pela falta de patrimônio suficiente: moradia insuficiente, insuficiência de saúde, de educação; ‘falta’ de patrimônio suficiente para ter acesso a certos empregos e de capital para desenvolver uma atividade informal. As faltas de patrimônio físico e humano constituem causas da pobreza e a definem”. (Salama & Destremau, 1999, pg 50).

Desta forma, na concepção destes autores a pobreza é por natureza um fenômeno multidimensional, e por isso mesmo os fluxos monetários, e apenas eles, são incapazes de explicar sua natureza e suas causas.

Smeeding (2003) ao procurar explicar as causas da pobreza em países ricos, dentro de uma visão sociológica, diz que fatores que estão fora do controle dos indivíduos tais como a cultura, o poder e a estrutura social são os principais elementos utilizados pelos sociólogos para explicar a pobreza, uma vez que os indivíduos são fortemente influenciados pelos contextos físico e cultural nos quais eles vivem. A comunidade exerce uma forte influência sobre o comportamento dos indivíduos, podendo afetar negativamente as chances ou oportunidades de um futuro melhor, por meio da imposição de uma vida de privações.

Na visão de Smeeding (2003), existem muitas forças que reduzem o bem-estar das pessoas através da limitação de suas capacidades para a plena participação da vida em sociedade. Por isso, os

“sociólogos se interessam pela discriminação racial, violência nas comunidades, baixa qualidade das escolas públicas, falta de bons empregos, e instabilidade no trabalho, os quais aumentam a insegurança econômica, reduzem as capacidades humanas, e aumentam a pobreza” (Smeeding, 2003, pg. 05, *tradução da autora*).

Além disso, Smeeding (2003) chama atenção para a ampla estratificação social que existe nos países ricos, onde alguns indivíduos possuem mais recursos que outros. Esta desigualdade na distribuição dos recursos afeta a oportunidade de participação social, principalmente em países onde muitos serviços essenciais – como saúde e educação – são providos pelo mercado.

Visto isto, observa-se que o indivíduo considerado pobre, na concepção de Smeeding, é aquele que não desfruta plenamente de seus direitos cidadãos, uma vez que as condições sociais precárias – do ponto de vista da falta de renda, de serviços públicos adequados e ainda da discriminação – a que estas pessoas estão expostas acabam por impedi-las de participar da vida social ativamente.

Amartya Sen, um dos principais estudiosos contemporâneos sobre a questão da pobreza, não nega que o baixo nível de renda constitui-se uma das principais causas deste problema. No entanto, mostra que a renda, por si só, não define o que vem a ser pobreza, uma vez que este conceito é algo muito mais amplo do que apenas insuficiência de renda. Logo, na visão de Sen (2000) a pobreza deve ser entendida como privação de capacidades básicas. Esta concepção está baseada na perspectiva de que as vantagens individuais devem ser julgadas em função das capacidades (liberdades substantivas) que cada indivíduo possui para ter o tipo de vida que desejar.

De acordo com Sen, o entendimento da pobreza como privação de capacidades é importante porque mostra que a renda não é o único fator que influencia a privação de capacidades, ou ainda, não é o único instrumento de geração de capacidades. Além disso, a relação existente entre baixa renda e baixa capacidade varia bastante entre comunidades, e até mesmo entre famílias e indivíduos.

Esta relação entre renda e capacidade pode ser facilmente observada quando se leva em conta, a idade das pessoas, os diferentes papéis sexuais e sociais, o local de moradia e quaisquer outras situações que estejam fora do controle das pessoas. As pessoas idosas, por exemplo, têm necessidades bastante distintas das pessoas mais jovens e, além disso, enfrentam maiores dificuldades de converterem renda em capacidades. Tal relação, segundo Sen (2000), deve ser levada em consideração, principalmente pelos formuladores

de políticas públicas para que estas venham a ser realmente eficazes no enfrentamento da pobreza.

Sen também chama atenção para o fato de que a “pobreza relativa de renda” pode acarretar na pobreza absoluta de capacidades. Isto ocorre, principalmente em países mais ricos onde pessoas relativamente pobres podem ter grandes desvantagens em capacidades, mesmo que estas pessoas possuam uma renda elevada segundo os padrões mundiais. Isto porque em países mais ricos as pessoas precisam de mais renda para a obtenção de suas satisfações materiais, ou seja, para se enquadrarem no padrão de vida do país.

Nota-se, portanto, que de acordo com esta acepção a situação de pobreza pode ser caracterizada pelo grau de privação que sofre o indivíduo. Esta privação acaba comprometendo sua capacidade de auferir um nível de renda suficiente para satisfazer suas necessidades cidadãs, com o seu próprio esforço e através dos meios ao seu alcance. Em outras palavras, a pobreza se verifica na ausência de capacidades e meios de agir para alcançar um estado de bem-estar que seja compatível com os padrões de vida da sociedade.

Dentro deste contexto de atual efervescência intelectual observa-se que muitos estudos têm procurado entender a pobreza como um fenômeno que está além da insuficiência de renda. Por isso, conceitos como: **desigualdade, exclusão e vulnerabilidade** vêm se constituindo importantes para o entendimento desta questão (Melo, 2004).

A desigualdade – não apenas de renda, mas também de meios, de acesso e de detenção de ativos – provocada pela própria estrutura econômica de alguns países, tem se mostrado a principal causa da pobreza.

Esta estrutura econômica que gera insegurança no mercado de trabalho, insegurança de emprego e insegurança de renda acaba alimentando a pobreza e as formas de exclusão. A concepção de pobreza como exclusão permite que se considerem aspectos subjetivos, relacionados às condições de vida das pessoas. Os excluídos são aqueles que sofrem perda de identidade e dos laços comunitários e sociais, uma vez que não têm oportunidades de participarem da vida econômica e social, ou seja, são socialmente rejeitados.

Já a vulnerabilidade é um conceito que permite mostrar como alguns processos sociais podem levar a situações adversas e até mesmo a uma incapacidade de resposta. Este

conceito se constitui algo necessário para facilitar o reconhecimento de grupos que, devido a algum padrão de conduta comum, apresentam-se em situações de risco social, ou seja, grupos que apresentam maior probabilidade de se encontrarem em situação de pobreza.

Toda esta polêmica em torno do conceito de pobreza está intimamente ligada à necessidade de se conhecer o tamanho e as principais características deste fenômeno nos diferentes países. Na verdade desde o século XVIII, mas sobretudo ao longo do século XIX, com o desenvolvimento da estatística, que o interesse pelas investigações sociais sobre a pobreza se multiplicou, pois “*medir a pobreza significa, antes de tudo, perceber e contar os pobres, e tentar avaliar a natureza e a gravidade do problema que eles colocam, no que se refere a critérios julgados pertinentes*” (Salama & Destremau, 1999, pg. 106).

O entendimento da pobreza como insuficiência de renda, torna possível a mensuração da mesma por meio da utilização da renda como parâmetro para a construção de **linhas de indigência** e **linhas de pobreza**. A linha de indigência trata das necessidades nutricionais básicas e, portanto, está ligada ao conceito de pobreza absoluta. Este parâmetro permite que se identifiquem os indivíduos que não ou apenas possuem o necessário para a sua sobrevivência. Já a linha de pobreza refere-se ao conjunto mais amplo de necessidades, relacionando o indivíduo com a sociedade, está associado ao conceito de pobreza relativa.

As instituições internacionais, interessadas nos estudos sobre pobreza, propuseram que estes trabalhos baseassem suas comparações a partir de definições de linhas de pobreza relacionadas ao consumo e a renda. Foi definido um limiar de US\$ 1/dia por pessoa, baseado na paridade do poder de compra de 1985. Em geral, no Brasil e em alguns países da América Latina, os estudos que fazem uso da renda como critério de mensuração e identificação da pobreza utilizam os domicílios ou as famílias como unidades de análise, sendo assim, podem ser considerados pobres aqueles domicílios que recebem até meio salário mínimo *per capita* por mês, e indigentes aqueles que recebem até ¼ de salário mínimo *per capita* neste mesmo período (Melo, 2004).

No entanto, muitos estudiosos criticam o uso da renda como único parâmetro para a medir um fenômeno tão complexo como a pobreza. Além disso, a renda é errática – os entrevistados nas pesquisas domiciliares podem responder que recebem uma renda inferior à que realmente recebem – e este critério privilegia apenas o mercado, ou seja, não leva em

consideração outros fatores (solidariedade e ação do Estado, por exemplo) que são essenciais à manutenção e reprodução dos indivíduos.

Os estudos que entendem a pobreza como um fenômeno multidimensional e complexo, tal como os estudos de Amartya Sen, acabaram por influenciar a formulação de indicadores que se baseiam numa teorização da produção/reprodução da pobreza que leva em conta todos os aspectos da vida econômica, social e política dos pobres, além de questões de identidade, posição social e representações (Salama & Destremau, 1999). São eles o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Indicador de Pobreza Humana (IPH) desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O IDH, publicado em 1990 no primeiro Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD sob a premissa de que os critérios definitivos para se avaliar o desenvolvimento de um país são as pessoas e suas vidas e não apenas o crescimento econômico, é uma medida do progresso humano e das estratégias para atingir o bem-estar social. Ele é uma média aritmética simples de três indicadores associados aos aspectos da condição de vida: esperança de vida ao nascer, educação e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Contudo, a incidência de pobreza não é mensurada pelo IDH, por isso o PNUD propôs a criação de um novo índice, o IPH (Chant, 2003).

O IPH, apresentado em 1997, baseia-se na porcentagem de pessoas com esperança de vida menor que 40 anos de idade, a quantidade de adultos analfabetos e os serviços fornecidos pela economia como um todo (água potável, serviços de saúde, e porcentagem de crianças menores de 5 anos vítimas de desnutrição). Apesar de ser uma medida de incidência da pobreza, o IPH não permite que se associe à esta incidência um número de indivíduos (Salama & Destremau, 1999).

Todos estes indicadores, que em geral, são utilizados nos estudos sobre pobreza não compreendem as dimensões de gênero, mostrando o quanto os debates sobre pobreza e gênero vêm sendo tratados separadamente na literatura sobre pobreza. No entanto, desde a década de 1960, o movimento feminista da América Latina vem trabalhando para a eliminação da *invisibilidade* da situação das mulheres no fenômeno da pobreza.

II.2.1. Indicadores de pobreza com perspectiva de gênero

Segundo Chant (2003), os primeiros trabalhos substanciais sobre gênero com repercussão para o pensamento sobre a pobreza apareceram no Decênio das Nações Unidas para Mulher (1975-1985) e, desde então, muitos têm sido os esforços para avaliar a condição feminina na sociedade e como esta condição acaba por fazer com que homens e mulheres experimentem de forma diferenciada a pobreza.

De acordo com Godoy (2003), os enfoques metodológicos sobre pobreza sofrem de *miopia de gênero*. No caso do enfoque das linhas de pobreza, um de seus principais problemas está relacionado ao fato de utilizar o domicílio como unidade de análise, o que significa que não leva em consideração as cargas diferenciadas de pobreza de homens e mulheres, ou seja, neste enfoque está subentendida a idéia de que a renda se distribui igualmente entre todos os moradores do domicílio. Além disso, este enfoque apresenta uma grande limitação para mostrar as desigualdades de gênero por não considerar o valor em termos monetários do trabalho não remunerado naqueles domicílios onde existe uma pessoa específica dedicada aos afazeres domésticos e ao cuidado.

No que diz respeito ao enfoque das capacidades, – aqui representado pelo IDH e o IPH – apesar de estes índices não compreenderem as dimensões de gênero da pobreza, o PNUD criou em 1995, com este objetivo, o Índice de Desenvolvimento Relativo a Gênero (IDG) e o Índice de Potenciação de Gênero (IPG).

O primeiro ajusta o IDH considerando as disparidades de gênero nos três indicadores principais que o compõem e, portanto, revela o impacto da desigualdade de gênero no desenvolvimento humano. Interessante saber que em todos os países do mundo o IDG é inferior ao IDH, mostrando que a desigualdade de gênero aplica-se em todo o mundo, ainda que de diversas formas. Já o IPG mede a equidade na forma de “capacidade de ação”, ou seja, revela até que ponto as mulheres são capazes de atingir a igualdade com os homens.

Porém, segundo Chant (2003), o enfoque das capacidades, apesar de ser bem mais eficiente que o da linha de pobreza para revelar as dimensões de gênero da pobreza, não

expõe uma grande quantidade de informações que são relevantes, como por exemplo, o uso do tempo e a intensidade do trabalho.

Atualmente, um dos indicadores que mais vem sendo utilizado nos estudos⁵ que relacionam pobreza e gênero é o número de *domicílios chefiados por mulheres*, isso porque acredita-se que as mulheres chefes de domicílio/família mostram-se um exemplo de vulnerabilidade à pobreza e, por isso vêm sendo tipificados na literatura como os “mais pobres dos pobres”, pois apresentam maior probabilidade de serem pobres e de experimentarem a indignidade em maior grau do que aqueles chefiados por homens. A razão para isto está relacionada à inserção desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho, pois neste as mulheres, em geral, recebem rendimentos menores que os homens e ainda enfrentam mais dificuldades para obterem um trabalho remunerado.

II.3. A chefia feminina domiciliar/familiar

Nos Censos demográficos, realizados até 1950 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), admitia-se a existência de apenas uma família para cada domicílio, com isso, chefe de família era equivalente a chefe de domicílio. Nos Censos posteriores, tal limitação foi corrigida passando-se a admitir a convivência de até três famílias num mesmo domicílio. Mas, é apenas a partir do Censo de 1991, com a introdução da aferição de informações a respeito do “chefe de domicílio” que houve uma percepção da diferença de condição existente entre mulheres responsáveis por famílias e mulheres responsáveis por domicílio, que nem sempre são coincidentes.

As mulheres chefes de família podem se encontrar numa situação de dependência econômica e social em relação ao responsável pelo domicílio, enquanto que as mulheres chefes de domicílio são responsáveis tanto pela família quanto pelo domicílio. Desta forma, o aumento de domicílios chefiados por mulheres evidencia a elevação da presença feminina nos processos de tomada de decisão das famílias e dos domicílios (*empowerment*), significando, portanto, um aumento das suas responsabilidades (Oliveira, Sabóia e Cobo, 2002). De acordo com Barroso (1978), a partir da década de 1970, houve uma percepção,

⁵ Barroso, Carmem (1978) e Barros *et alli* (1994) foram os estudos utilizados neste trabalho.

por parte dos estudos⁶ que relacionam pobreza e gênero, de que o número de domicílios e famílias chefiados por mulheres vinha aumentando em todo o mundo. Este incremento era motivo de preocupação dado que os domicílios e famílias chefiados por mulheres mostravam-se mais presentes nas camadas mais pobres da população. Acreditava-se que muitos destes domicílios e famílias estavam sob responsabilidade feminina, não por opção das mulheres, mas sim, devido ao abandono do lar pelo cônjuge varão, trazendo conseqüências graves para a sobrevivência das famílias.

Esse incremento no total de domicílios sob responsabilidade feminina aliado à idéia de que as mulheres eram, em geral, mais pobres que os homens devido à discriminação que sofriam no mercado de trabalho – associada aos menores rendimentos recebidos pelas mulheres e à própria dificuldade das mesmas em conseguirem um trabalho remunerado – acabou por considerar a chefia feminina domiciliar como um indicador do processo que ficou conhecido na literatura sobre gênero de “feminização da pobreza”.

No trabalho de Barroso (1978), onde a autora faz uma análise da situação sócio-econômica das mulheres chefes de família⁷ do Brasil na década de 1970, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 1976, é possível constatar a relação que a autora faz entre chefia feminina familiar com maior pobreza das mulheres. Isso porque, já em 1970 era considerável o número de famílias chefiadas por mulheres em todo o Brasil e, segundo a autora, estas famílias formavam uma parte substancial das camadas mais pobres da população. Barroso também constatou que a proporção mais alta de famílias chefiadas por mulheres era registrada na região nordeste, uma das regiões mais pobres do país, o que corrobora a hipótese de que estas famílias são engendradas por condições de marginalidade econômica. Além disso, a autora observou que a chefia feminina familiar era um fenômeno predominantemente urbano, o que pode ser explicado pelas relações de trabalho no campo que, por serem menos individualizadas, torna ainda mais difícil a sobrevivência de famílias não chefiadas por homens adultos.

⁶ [BLUMBERG, R.L. & GARCIA, M. P. (1977), BUVINIC, M. & YOUSSEF, N. (1978), VON ELM, B. (1978)] apud BARROSO (1978).

⁷ A autora considera como tais as mulheres estruturalmente colocadas nesta situação pela dissolução do casamento ou pelo abandono ou ausência ou inexistência do marido.

Realizando um trabalho sobre o feminino no mundo rural, Melo (2000) observou que a ideologia patriarcal do reconhecimento da supremacia masculina sobre o feminino ainda persiste como marca profunda da sociedade rural. O trabalho da mulher no setor agropecuário permanece no plano simbólico caracterizado como trabalho complementar, – é a ajuda da mulher – pois a responsabilidade pelas atividades econômicas é sempre dos homens. Numa sociedade onde o trabalho da mulher é visto apenas como extensão do seu papel de esposa/mãe/dona-de-casa que se superpõe à atividade agropecuária (principalmente na horta e no quintal), a sobrevivência de mulheres responsáveis por suas famílias e domicílios torna-se ainda mais difícil e complexa.

Barros, Fox e Mendonça (1994), ao analisarem os dados da PNAD de 1984, compartilham desta mesma visão, pois acreditam que “... *devido à discriminação salarial por gênero, espera-se que domicílios predominantemente suportados por mulheres tendam a ter uma maior propensão a serem pobres do que aqueles predominantemente suportados por homens*” (pg. 79). O trabalho destes autores revelou que, na década de 1980, as mulheres chefes de domicílio tendiam a ser mais velhas e menos educadas que os homens chefes, além disso, atuavam menos no mercado de trabalho e tinham níveis de renda mais baixos (a renda média das mulheres chefes era apenas de 50 a 60% da renda média de todos os chefes) que os homens chefes.

Além disso, este trabalho mostrou que havia uma correlação negativa entre domicílios chefiados por mulheres e nível de renda nas regiões metropolitanas do Brasil, uma vez que a prevalência destes domicílios era maior nas áreas mais pobres do nordeste (Belém, Recife e Salvador), corroborando o trabalho de Barroso (1978).

Ainda segundo estes autores, a menor capacidade de ganho, ou seja, de auferir renda, dos domicílios chefiados por mulheres apresenta-se como o fator determinante da pobreza entre estes domicílios. Esta menor capacidade de ganho explica-se não pela menor capacidade de ganho das mulheres chefes destes domicílios, mas, sim, pela menor proporção de homens com renda positiva nestes domicílios. Sendo assim, a análise das décadas de 1970 e 1980 mostrava a fragilidade dos domicílios chefiados por mulheres que, por sua vez, apresentava-se intimamente ligada à própria condição de vida das mulheres, no

que diz respeito ao acesso à educação e à participação no mercado de trabalho, neste período.

No entanto, a década de 1990 foi marcada pela melhoria das condições sócio-econômicas, em termos de aumento da escolaridade e da participação no mercado de trabalho, das mulheres no Brasil. Paralelamente, as relações familiares transformaram-se substancialmente com o aumento do número de divórcios e de uniões consensuais. Estas mudanças acabaram alterando também a situação econômica e social das mulheres chefes de domicílio/família, permitindo que se verifique se a tipificação tradicional destes domicílios como os “mais pobres dos pobres” mostra-se ainda contundente.

Esta tipificação dos domicílios chefiados por mulheres na literatura sobre gênero está relacionada à idéia de que a pobreza é uma causa importante da chefia feminina domiciliar, e que a chefia feminina exarceba a pobreza, dado que estas mulheres estão limitadas em tempo e recursos para suas triples cargas horárias (trabalho doméstico, cuidado com os filhos e emprego) e ainda sofrem discriminação no mercado de trabalho. Além disso, está ligada ao fato de que a pobreza se perpetua de geração em geração, já que estas mulheres não podem manter adequadamente suas famílias.

No entanto, alguns estudos mais recentes – Godoy, L. (2003) e Chant, S. (2003) – realizados para a América Latina vêm mostrando evidências contrárias a esta tipificação dos domicílios chefiados por mulheres. Estes estudos revelam que não há, em termos de renda, vínculo sistemático entre estes dois fenômenos (pobreza e chefia feminina domiciliar), e que não há uma relação evidente entre os níveis de pobreza em escala nacional e as proporções de mulheres chefes de domicílio, nem entre a evidência de pobreza e a incidência de chefia feminina.

Chant (2003) diz que os domicílios chefiados por mulheres têm a mesma probabilidade de estarem presentes tanto nos segmentos de alta renda como nos de baixa renda. Isso porque a diversidade destes domicílios quanto à idade e dependência dos filhos, além da composição do domicílio e o seu acesso a recursos que estão fora da unidade domiciliar impedem que se faça sua categorização definitiva.

Segundo Soares e Sabóia (2004), as desigualdades entre homens e mulheres não se figuram automaticamente como uma consequência da chefia feminina domiciliar. Além

disso, não são aspectos como: desigualdades no mercado de trabalho; acesso a bens e ativos; e, aqueles relacionados às condições de saúde e de reprodução, que explicam a maior pobreza das mulheres, mas, sim, a presença de crianças no domicílio, principalmente aquelas que têm entre 0 e 6 anos de idade.

Godoy (2003) acredita ser uma questão problemática considerar a chefia feminina domiciliar como *proxy* da pobreza feminina, já que em muitos casos a chefia feminina não demonstra uma maior pobreza das mulheres, portanto não seria um indicador contundente. Isto, no entanto, não significaria deixar de se utilizar a chefia feminina domiciliar nos estudos sobre pobreza, pois a chefia feminina contribui para caracterizar a pobreza diferenciada para homens e mulheres, evidenciando as desigualdades de gênero e a maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza.

Chant (2003) diz que o fato de os domicílios chefiados por mulheres ter se constituído num grupo identificado como “os mais pobres dos pobres” acabou contribuindo para a adoção de políticas (neoliberais) funcionalistas e destinadas a grupos específicos para a redução da pobreza. Algumas destas políticas caracterizaram-se pela transferência de recursos para as mulheres chefes de domicílio consideradas pobres.

Apesar da adoção destas políticas representar, implicitamente, a preocupação dos governos e dos organismos internacionais com as questões de gênero no desenvolvimento dos países, a tipificação tradicional dos domicílios chefiados por mulheres implica em algumas conseqüências indesejáveis:

- 1) Sugere que a pobreza está confinada às mulheres chefes de domicílio, deixando de se levar em conta a situação das mulheres em geral.
- 2) A falta de atenção nas desigualdades presentes nos domicílios no que se refere à distribuição dos recursos pode levar algumas mulheres a sofrerem “pobreza secundária” nos domicílios chefiados por homens.
- 3) Causa a impressão de que a pobreza nestes domicílios se deve mais às características destes domicílios – como, por exemplo, o estado civil das pessoas responsáveis – do que aos contextos social e econômico em que eles se encontram.

- 4) Pode dar margem a projetos e programas neoconservadores a favor do fortalecimento da “família tradicional”, pois a ênfase na idéia de que a pobreza se perpetua de geração em geração associada à chefia feminina pode ser um argumento a favor de políticas anti-feministas.

Deste modo, não há consenso nos estudos sobre pobreza com enfoque de gênero com relação ao uso chefia feminina domiciliar como indicador de maior pobreza das mulheres. Por isso, este trabalho pretende ser uma contribuição para o estudo da pobreza ao analisar os domicílios sob responsabilidade feminina de uma comunidade pobre da cidade do Rio de Janeiro, a favela do Caju.

Contudo, antes de apresentar o estudo de caso, faz-se necessário apresentar a situação sócio-econômica em que se encontram homens e mulheres na sociedade brasileira. Mais especificamente, é preciso mostrar que as desigualdades sociais existentes entre os sexos são responsáveis por reforçar a maneira como as mulheres experimentam a pobreza com mais intensidade que os homens.

III. Um Quadro da Pobreza no Brasil sob a Perspectiva de Gênero

Este capítulo tem como objetivo mostrar que a pobreza é vivenciada, de forma diferente, por homens e mulheres na sociedade brasileira. E isto ocorre devido às desigualdades sociais entre os sexos manifestas, principalmente, no acesso à educação e na participação no mercado de trabalho.

Com este objetivo, o capítulo divide-se em duas seções. A primeira apresenta a situação sócio-econômica de homens e mulheres no Brasil, e a segunda mostra como esta situação contribui para a caracterização da pobreza no país.

III.1. A situação sócio-econômica de homens e mulheres na sociedade brasileira

O século XX representou um período de grandes transformações para a sociedade brasileira. Em 1950, o Brasil era um país predominantemente rural, com cerca de cinquenta milhões de habitantes, onde apenas trinta e seis por cento da população vivia nos centros urbanos. De 1950 a 2000, o Brasil passa por grandes mudanças estruturais – explosão demográfica, industrialização, e a conseqüente urbanização – que, em conjunto, constituem o pano de fundo da história brasileira na segunda metade deste século.

No início do século XXI a população brasileira já ultrapassa os 160 milhões de habitantes, constituindo-se por maioria feminina (tabela 1). Este maior percentual de mulheres na população deve estar ligada a maior esperança de vida feminina. A tabela 2 mostra claramente que as mulheres vivem mais que os homens no Brasil, apesar de a esperança de vida para ambos os sexos ter aumentado na última década do século passado, sinalizando uma melhora nas condições de vida da população.

Tabela 1 – Brasil – População Residente segundo Sexo, 1991/2001.

Ano	Total	Homens	Mulheres
1991	146.825.475	49,4%	50,6%
2001	169.369.557	48,7%	51,3%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000 (apud Melo, 2004).

Tabela 2 – Esperança de Vida ao Nascer (em anos) segundo Sexo, 1991/2001.

Ano	Homens	Mulheres
1991	63	70
2001	65	73

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e Síntese dos Indicadores Sociais 2002.

Quanto à cor/raça, 53% da população brasileira declara-se branca, sendo a participação da população negra (preta e parda) cerca de 43%. Interessante notar que apenas entre os pretos a participação feminina é menor, isto de acordo com Melo (2004) pode estar ocorrendo devido à morte precoce das mulheres pretas, que em geral são mais pobres que as brancas e pardas – como será visto mais adiante – e, portanto vivem em piores condições de vida.

Tabela 3 – Brasil – População segundo raça e sexo, 2001.

Raça/Cor	Total	Masculino	Feminino
Branca	90.398.281	47,7%	52,3%
Preta	9.553.148	50,6%	49,4%
Parda	68.393.430	49,7%	50,3%
Outras	1.003.099	50,0%	50,0%
Ignorado	21.599	40,4%	59,6%
Total	169.369.557	48,7%	51,3%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 (apud Melo, 2004).

No final do século XX, houve uma melhora considerável nos índices relacionados à educação. As taxas de analfabetismo (tabela 4) de homens e mulheres com 15 anos ou mais

de idade sofreram importantes reduções, permitindo que a década de 2000 se iniciasse com um quadro educacional mais favorável. Essa redução do analfabetismo reflete as iniciativas que foram tomadas, ao longo dos anos 1990, em vários níveis político-administrativos com o objetivo de cumprir as metas estipuladas pela Constituição Federal de 1988 que determinava a universalização do ensino fundamental e a “erradicação” do analfabetismo⁸.

Tabela 4 – Brasil – Taxa de Analfabetismo das Pessoas com 15 anos ou mais de Idade segundo Sexo, 1991/2001.

Ano	Total	Homens	Mulheres
1991	20,1%	19,9%	20,3%
2001	12,4%	12,4%	12,3%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e Síntese de Indicadores Sociais 2002.

Os dados da tabela 5 deixam claro que a década de 1990 foi marcada pelo aumento da escolaridade no Brasil para ambos os sexos. Isso pode ser constatado pela redução de mais de 30% no total de homens e mulheres sem instrução e com menos de um ano de estudo e pelo aumento em todas as demais categorias. Além disso, o total de pessoas que possuem apenas o ensino fundamental (4 a 7 anos de estudo) cresceu muito pouco, ao mesmo tempo em que o número de pessoas que cursaram o ensino médio (11 a 14 anos de estudo) cresceu mais de 70%, mostrando com isso, que o final do século XX se caracterizou como um período de maior inserção da população brasileira em seu sistema educacional.

⁸ Síntese de Indicadores Sociais 2002, IBGE.

Tabela 5 – Brasil – Pessoas acima de 5 anos de idade por sexo segundo anos de estudo, 1991 e 2000.

Anos de Estudo	Sexo	1991	2000	Crescimento (%)
Sem instrução e menos de 1 ano	Feminino	17.104.756	11.654.881	-31,86
	Masculino	17.367.309	11.477.475	-33,91
1 a 3	Feminino	14.577.763	16.645.756	14,19
	Masculino	14.616.861	17.490.678	19,66
4 a 7	Feminino	19.522.913	19.784.231	1,34
	Masculino	18.577.586	19.164.029	3,16
8 a 10	Feminino	6.412.797	10.637.891	65,89
	Masculino	5.997.974	9.896.459	65,0
11 a 14	Feminino	6.366.519	11.401.210	79,08
	Masculino	5.181.268	8.914.793	72,06
15 anos ou mais	Feminino	1.965.911	2.919.344	48,50
	Masculino	2.056.351	2.605.603	26,71

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Além disso, é interessante observar que a escolaridade feminina superou a masculina até mesmo no mais elevado grau de escolaridade (ensino superior), onde durante muitos anos a entrada das mulheres foi proibida (tabelas 5 e 6). Outra observação é que o crescimento no número de mulheres que cursaram o ensino médio (11 a 14 anos de estudo) e o ensino superior (15 anos ou mais de estudo), neste período foi bem maior que o aumento no total de homens nestas categorias. Não apenas a taxa de crescimento do total de mulheres que possuem no mínimo o terceiro grau foi maior que a dos homens, mas também o número absoluto de mulheres nesta categoria foi maior que o de homens, ou seja, as mulheres já representam a maioria das pessoas que estão cursando o terceiro grau ou que possuem o nível superior, no Brasil. Interessante notar (tabela 6) que, em 2000, a participação das mulheres entre os que possuem 15 anos ou mais de estudo apresenta-se superior à participação feminina no total da população brasileira (51,3%, em 2001).

Tabela 6 – Brasil – Pessoas com 15 anos ou mais de estudo segundo sexo, 1991/2000.

Sexo	1991	2000
Mulheres	48,9%	52,8%
Homens	51,1%	47,2%
Total	4.022.262	5.524.947

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000.

No que se refere à atuação das mulheres no mercado de trabalho, a tabela 7 evidencia que, em 2001, a representação feminina ultrapassa os 40% na população economicamente ativa (PEA).

Tabela 7 – Brasil – População Economicamente Ativa, 2001.

	Total (milhões)	Homens	Mulheres
Brasil	83,2	58,1%	41,9%

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2002.

Nota: População com 10 anos e mais de idade.

O crescimento da atuação feminina no mercado de trabalho já vinha ocorrendo desde a década de 1970, propiciado por fatores como: a inovação tecnológica no campo da reprodução humana (massificação do uso do anti-concepcional); a atuação cada vez mais expressiva e significativa do movimento feminista não apenas no Brasil, mas em todos os países da América Latina; e, o próprio contexto econômico caracterizado por um acelerado processo de industrialização e urbanização (Olinto & Oliveira, 2001).

Mesmo com a estagnação econômica e a deterioração das oportunidades de ocupação que ocorreram na década seguinte (1980), a intensificação da participação das mulheres no mercado de trabalho foi mantida e teve a sua maior expressão na década de 1990. Neste sentido, o aumento da escolaridade feminina contribuiu para a mudança no perfil das trabalhadoras brasileiras que, se na década de 1970 eram em sua maioria jovens, solteiras e pouco escolarizadas, já na década de 1990 tornam-se mais adultas (com idade acima de 25 anos), chefes de família e cônjuges, e com um nível de instrução, em média, mais elevado que dos trabalhadores homens (Hoffmann & Leone, 2004).

Observando a distribuição da população ocupada segundo anos de estudo e sexo (tabela 8), fica bastante evidente o quanto o mercado de trabalho é sensível à escolaridade superior. No caso dos homens, apesar de 59,2% dos mesmos não obter o ensino fundamental completo, o percentual dos ocupados que possuem o ensino superior é bastante significativo (24,8%).

Tabela 8 – Brasil – Distribuição da população ocupada segundo anos de estudo e sexo, 2001.

Anos de Estudo	Homens	Mulheres
Até 3 anos	28,1%	22,0%
De 4 a 7 anos	31,1%	27,1%
De 8 a 10 anos	16,0%	15,5%
11 anos ou mais	24,8%	35,4%
Total (milhões)	44,4	30,5

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2002, IBGE.

Nota: População com 10 anos ou mais de idade.

No caso das mulheres, o maior percentual das ocupadas se dá entre as que possuem 11 anos ou mais de estudo. Isso corrobora uma constatação, realizada por Bruschini & Lombardi (2001), de que o impacto da escolaridade sobre o trabalho feminino expressa-se nas taxas mais elevadas de atividade entre as mulheres com maior instrução, pois em 1999 enquanto a taxa de atividade feminina era de 47%, a de mulheres com 15 anos ou mais de estudo era de 81%, ou seja, de cada 100 mulheres com nível superior, 81 atuavam no mercado de trabalho (Bruschini & Lombardi, 2001).

Ainda de acordo com estas autoras, esta maior escolaridade das mulheres foi acompanhada por avanços em direção a postos de trabalho mais qualificados, prestigiosos e melhor remunerados para as mulheres. No entanto, este avanço alcançou um pequeno número de mulheres, pois ao final da década de 1990 apenas um terço dos melhores empregos do país eram destinados a elas.

Além disso, o percentual de mulheres nas posições mais desfavoráveis do mercado de trabalho continua maior que o percentual de homens. A quantidade de trabalhadoras brasileiras nos trabalhos domésticos, não remunerados e para consumo próprio, apesar de ter apresentado uma pequena redução entre os anos de 1993 e 1998, representa nada menos que 36% da força de trabalho feminina (tabela 9), mostrando que ainda persiste a existência de nichos ocupacionais para as mulheres que nem mesmo a maior escolaridade feminina foi capaz de eliminar no mercado de trabalho brasileiro.

Tabela 9 – Brasil – Distribuição Percentual dos ocupados por sexo e posição na ocupação, 1993/1995/1998.

Posição na Ocupação	1993		1995		1998	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Trabalhadores domésticos	0,7	16,6	0,8	17,2	0,8	16,9
Não remunerados	8,6	13,5	8,0	13,1	7,1	11,4
Consumo próprio (1)	1,9	9,9	1,9	9,3	2,2	8,1
Subtotal	11,2	40,0	10,7	39,6	10,1	36,4
Empregados	58,6	42,7	57,4	41,9	57,3	45,1
Autônomos e conta-própria	25,4	15,8	26,5	16,6	27,4	16,1
Empregadores	4,9	1,5	5,3	1,9	5,2	2,4
Subtotal	88,9	60,0	89,2	60,4	89,9	63,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ocupados (milhões)	40,6	26,0	41,9	27,8	42,3	27,6

Fonte: PNAD, IBGE (apud, Bruschini & Lombardi, 2001).

(1) Consumo e construção próprios ou para o grupo familiar.

Segundo Hoffmann & Leone (2004), a manutenção de guetos ocupacionais evidencia que a inserção das mulheres no espaço público é marcada mais por continuidades que por mudanças, ou seja, pela manutenção das ocupações menos valorizadas e tradicionalmente femininas.

A persistência de nichos ocupacionais pode ser claramente visível na tabela 10, onde a distribuição de homens e mulheres nos diferentes ramos de atividade mostra que já no início do século XXI os postos de trabalho dos setores da indústria e da construção civil continuam sendo ocupados, majoritariamente, por homens. Enquanto que as mulheres continuam mais presentes nos setores de serviços (prestação de serviços e outros serviços). Esta maior atuação das mulheres nestes setores ocorre tanto devido a sua maior escolaridade – já que algumas ocupações dos setores de serviços exigem pelo menos o ensino médio completo – quanto a sua permanência como trabalhadoras domésticas (tabela 10).

Tabela 10 – Brasil – Distribuição da população ocupada por ramo de atividade e sexo, 2001.

Ramos de Atividade	Homens	Mulheres
Agrícola	23,6	16,1
Indústria	16,2	9,5
Construção civil	10,7	0,4
Comércio	14,1	14,6
Prestação de serviços	12,9	30,7
Outros serviços	15,4	22,7
Administração pública	5,2	4,2
Outras atividades	1,8	1,7
Total (milhões)	44,7	30,7

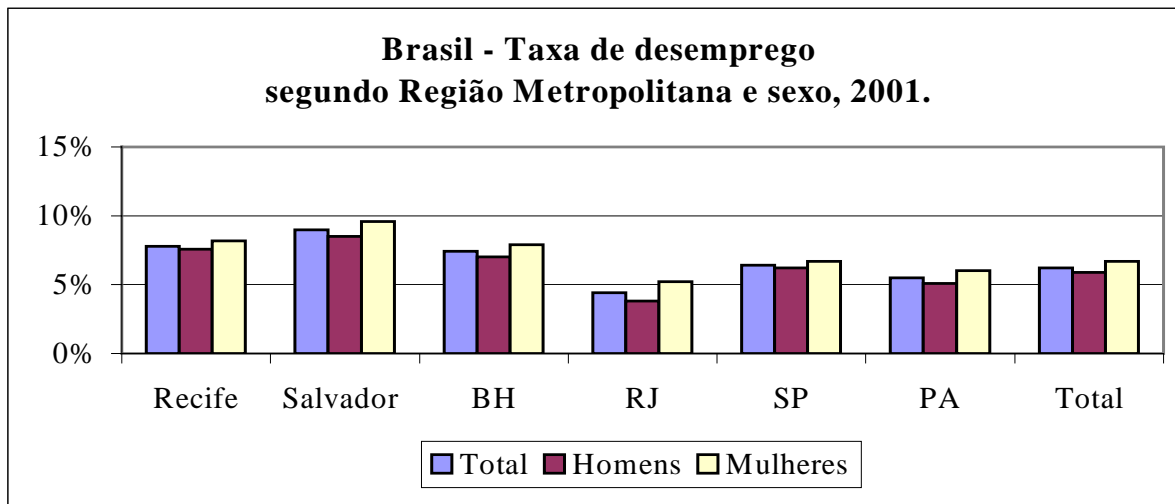
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2002, IBGE.

Nota: População com 10 anos ou mais de idade.

Mesmo neste contexto de crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho, principalmente na década de 1990, a taxa de desemprego feminina manteve-se maior que a masculina no ano de 2001 em todas as principais regiões metropolitanas do país (figura 1), o que prova que o aumento dos postos de trabalho para as mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade da PEA feminina. Segundo Lavinias, Amaral e Barros (2000), a taxa de desemprego feminina parece estar aumentando como decorrência da disputa crescente entre os sexos por postos de trabalho no setor de serviços, ou seja, o desemprego feminino tem se mostrado um reflexo de maiores oportunidades de emprego para homens em setores que eram tradicionalmente favoráveis às mulheres.

Além disso, Melo (2004) explica que a entrada das mulheres no mercado de trabalho é condicionada pelo seu papel na reprodução social. Dessa forma, a atuação das mulheres no mercado de trabalho respeita o ciclo de vida feminino, marcado pela maternidade.

Figura 1



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2002, IBGE. Elaboração Própria.

Um dos fatores que também explicam esta maior taxa de desemprego entre as mulheres é a já mencionada persistência do emprego feminino nos postos de trabalho mais precários, ou seja, com menor proteção social. Isso faz com que as mulheres, em períodos de recessão econômica, fiquem mais expostas ao desemprego. Foi exatamente o que aconteceu na década de 1990, no Brasil, quando fatores como a abertura econômica, os baixos investimentos e a terceirização da economia, contribuíram para o aumento do desemprego entre as mulheres (Hoffmann & Leone, 2004).

As desigualdades nas relações de gênero no mercado de trabalho tornam-se ainda mais notórias quando comparam-se os rendimentos de homens e mulheres no mercado de trabalho em todos os níveis de instrução. De acordo com a tabela 11, em todos os grupos de anos de estudo, as mulheres possuem rendimentos inferiores aos dos homens. A desigualdade de rendimentos mostra-se menor no grupo de estudo inferior (até 3 anos), onde as mulheres ganham 61,5% dos rendimentos dos homens, o que deve ocorrer devido aos baixos salários oferecidos para esta camada da população. Em todos os demais grupos de estudo, a relação salarial de mulheres e homens mantém uma certa estabilidade, tornando-se um pouco menor apenas no grupo de maior escolaridade.

Tabela 11 – Brasil – Rendimento médio mensal da população ocupada por grupos de anos de estudo e sexo, 2001.

Anos de Estudo	Homens	Mulheres	M/H
Até 3 anos	289,6	178,2	61,50%
De 4 a 7 anos	445,1	245,2	55,10%
De 8 a 10 anos	574,2	323,1	56,30%
11 anos ou mais	1376,7	785,9	57,10%

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2002, IBGE.

Nota: R\$ (reais) de 2001.

Apesar deste diferencial de rendimentos entre os sexos, a literatura norte-americana sobre os rendimentos do trabalho para homens e mulheres indica que tem havido uma tendência de convergência dos salários, e isto é resultado da combinação da estagnação do crescimento dos salários masculinos; do aumento dos retornos à escolaridade feminina; e da redução da discriminação no mercado de trabalho (Leme & Wajnman, 2000).

No Brasil, a literatura nacional mostra-se unânime em afirmar que a discriminação é a razão da persistência do diferencial salarial entre os sexos. Desta forma, apesar da redução deste diferencial ao longo do tempo, a discriminação à mulher coloca-se como um fator chave para a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres (Leme & Wajnman, 2000).

As diferenças sócio-econômicas de homens e mulheres mostram-se ainda mais evidentes com a análise dos responsáveis por famílias ou domicílios. Segundo a tabela 12, cerca de 47% dos homens são responsáveis por famílias enquanto que as mulheres, em geral, apresentam-se como cônjuges (39%) ou filhas (42%), sendo apenas 18% delas responsáveis por famílias.

Tabela 12 – Brasil Urbano – Distribuição dos homens e das mulheres segundo a condição na família, 2001.

Condição na Família	Sexo		Total
	Homem	Mulher	
Pessoa de Referência	47,2%	18,2%	32,2%
Cônjuge	1,8%	39,0%	21,1%
Filhos	50,5%	41,8%	46,0%
Outro	0,5%	1,0%	0,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%
Total (milhões)	64,5	69,4	134

Fonte: PNAD, IBGE (apud, Olinto & Oliveira, 2001).

Interessante notar, na tabela 13, que a situação no mercado de trabalho das mulheres responsáveis por famílias não difere muito da situação das mulheres em geral, como visto anteriormente na tabela 9, uma vez que, a participação destas mulheres em posições de menor prestígio – tais como: doméstico (principalmente sem carteira), trabalho para próprio consumo e sem remuneração – é maior do que a participação dos homens nestas mesmas posições. Além disso, nas posições de maior prestígio – empregado com carteira e empregador – a participação dos homens mostra-se maior.

Vale ressaltar que a situação das mulheres cônjuges apresenta-se ainda pior que das responsáveis, quando se leva em consideração a participação daquelas em trabalhos para próprio consumo e sem remuneração. Esta menor atuação da mulher cônjuge no mercado de trabalho, aliado ao fato de que não se pode dizer, com certeza, que a renda do domicílio é distribuída igualmente entre todos os membros da família, pode provocar entre as mulheres o que Chant (2003) chamou de *pobreza secundária*, ou seja, a pobreza proveniente da sujeição a que estão submetidas as mulheres que dependem total ou parcialmente da provisão de seus companheiros.

Tabela 13 – Brasil Urbano – Posição na ocupação por condição na família (%), 2001.

Posição na Ocupação	Condição na Família						Total
	Homem-Referência	Mulher-Referência	Mulher-Cônjuge	Filho	Filha	Outro	
Empregado com carteira (1)	38,7	27,2	25,8	35,8	38,7	34,3	34,1
Conta-própria	28,0	18,7	19,1	13,1	6,6	15,4	20,2
Empregador	7,3	2,5	3,4	1,5	0,8	2,0	4,2
Empregado sem carteira	16,9	13,9	12,5	35,8	25,1	23,9	19,6
Estatutário	6,1	10,2	10,1	2,3	5,1	3,2	6,5
Doméstico com carteira	0,4	6,0	4,9	0,2	2,1	4,8	2,3
Doméstico sem carteira	0,4	18,1	15,0	0,6	14,7	11,9	7,4
Trabalho p/ próprio consumo	1,1	2,2	3,1	1,0	0,7	1,3	1,6
Trabalho não remunerado	0,4	1,0	5,9	8,3	6,1	2,5	3,4
Outros	0,9	0,1	0,2	1,5	0,1	0,6	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (milhões de pessoas)	26,0	7,2	14,2	10,0	6,0	4,5	68,0

Fonte: PNAD, IBGE (apud, Olinto & Oliveira, 2001).

(1) Exclui empregados domésticos e estatutários.

Todas estas desigualdades de gênero sofridas pela sociedade brasileira possibilitam que homens e mulheres experimentem de maneiras distintas os efeitos da pobreza. Acredita-se que a persistência dessas desigualdades faz não apenas com que as mulheres sejam mais pobres que os homens, mas também que sofram com mais intensidade os efeitos perversos deste fenômeno. Por isso, a próxima seção irá mostrar que a maior pobreza das mulheres está, na verdade, ligada às desigualdades sociais entre os sexos.

III.2. Uma síntese da pobreza no Brasil na década de 1990.

Um estudo realizado por Barros, Henriques e Mendonça (2000), mostrou que o Brasil não pode ser considerado um país pobre, mas sim um país com muitos pobres. Além disso, o principal determinante dos elevados níveis de pobreza no Brasil é a estrutura da desigualdade brasileira, perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.

Segundo Rocha (2003), o período compreendido entre 1970 e 2000 foi marcado pela redução da proporção de pobres⁹ no Brasil. Este indicador sofreu uma forte queda na década de 1970, período do “milagre econômico” onde o Brasil experimentou um crescimento médio anual do Produto Interno Bruto de 8,6%. Na década imediatamente posterior, esta proporção oscilou devido aos movimentos de expansão e retração econômica que caracterizaram o período, mas manteve a redução do indicador, permitindo que, do final da década de 1980 até antes do Plano Real, a proporção de pobres fosse mantida em torno dos 30%. Com a estabilização de preços obtida com o Plano Real a proporção de pobres no Brasil mantém-se num patamar ainda menor (Rocha, 2003).

No entanto, a partir de 1994 com a implantação do Plano Real, mesmo com esta redução na proporção de pobres os indicadores de desigualdade mantiveram-se estáveis até o ano de 2000, mostrando que a origem da pobreza ainda não foi combatida no país (Barros, Henriques e Mendonça, 2000).

III.2.1. As características da pobreza no Brasil sob a perspectiva de gênero

Com o objetivo de melhor entender as características da pobreza no Brasil, no final do século XX, esta seção traz alguns dados relacionados a esta questão. Vale ressaltar, antes de mais nada, que nesta seção será utilizado o conceito de pobreza como insuficiência de renda chamando de pobres as famílias que encontram-se abaixo da linha de pobreza – que possuem uma renda mensal menor que meio salário mínimo por mês – e de indigentes as que encontram-se abaixo da linha de indigência – possuem menos de um quarto de salário mínimo por mês.

Primeiramente, com relação à distribuição regional da população no Brasil, a tabela 14 mostra que as regiões mais populosas do país são a região sudeste – com mais de 40% da população brasileira – e a região nordeste, com quase 30% do contingente populacional.

⁹ Indicador de mais fácil entendimento e mais utilizado nos estudos sobre pobreza como insuficiência de renda.

No entanto, observa-se que a distribuição da população por cor não obedece à distribuição populacional por região.

A população branca aparece em sua maioria nas regiões sudeste e sul (27,6% e 12,7%, respectivamente), o que pode ser explicado pelo efeito da imigração européia nestas regiões. Enquanto que a população negra (preta e parda) apresenta-se em sua maioria na região nordeste (20,1%) e sudeste (15,5%).

Tabela 14 – Brasil – Distribuição da população segundo regiões e cor/raça, 2001.

	Branca	Preta	Parda	Outras	Total
Norte	1,6%	0,2%	3,9%	0,02%	5,7%
Nordeste	8,4%	1,7%	18,4%	0,1%	28,6%
Sudeste	27,6%	2,9%	12,6%	0,3%	43,5%
Sul	12,7%	0,5%	1,8%	0,1%	15,1%
Centro-Oeste	3,1%	0,3%	3,6%	0,1%	7,0%
Total	90.398.281	9.553.148	68.393.430	1.003.099	169.347.958

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 (apud Melo, 2004).

Esta maior participação da população negra no nordeste aliado ao fato de que nesta região é aonde encontra-se o maior contingente de pobres e indigentes (tabela 15), corroboram uma idéia muito difundida nos estudos sobre pobreza no Brasil de que a pobreza concentra-se entre os negros (Rocha, 2003), o que de acordo com Melo (2004), quer dizer que a pobreza tem cor e é negra.

Tabela 15 – Brasil – Distribuição da População segundo regiões, 2001.

	Indigentes	Pobres	Não Pobres	Total
Norte	0,7%	1,3%	3,4%	5,7%
Nordeste	7,2%	7,3%	13,1%	28,6%
Sudeste	2,4%	5,4%	34,5%	43,5%
Sul	0,9%	2,0%	11,9%	15,1%
Centro-Oeste	0,5%	1,2%	5,1%	7,0%
Total	19.782.440	29.165.246	115.261.553	169.369.557

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 (apud Melo, 2004).

Utilizando a tabela 16, pode-se dizer que em 2001, cerca de 30% da população brasileira encontrava-se em situação de pobreza e indigência, o que corresponde a quase 23% das famílias brasileiras.

Também segundo a tabela 16, o número médio de pessoas nas famílias pobres e indigentes é maior que a média nacional. Além disso, este número mostra-se tanto maior quanto mais pobre for a família, ou seja, as famílias consideradas pobres são compostas por quase 4 pessoas enquanto que as famílias consideradas indigentes são compostas por quase 5 pessoas. Revelando-se com isso que a natalidade é maior quanto menores são os recursos materiais das famílias.

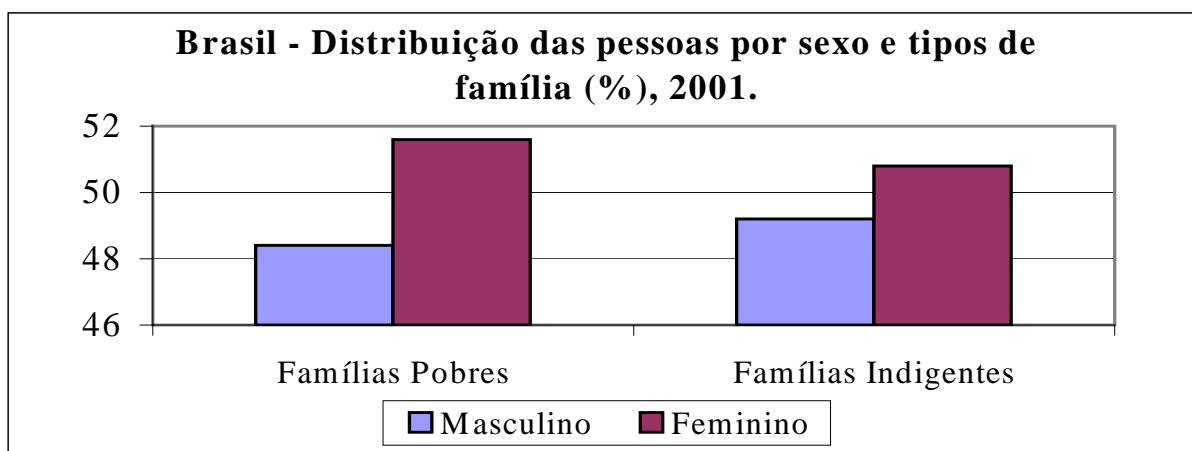
Tabela 16 – Brasil, 2001.

	Total	Pobres (%)	Indigentes (%)
Número de Famílias	50.465.099	14,7	8,2
Número de Pessoas	169.369.557	17,2	11,7
Número médio de pessoas na família	3,34	3,94	4,76

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 (apud Melo, 2004).

Analisando-se o sexo das pessoas que compõem as famílias pobres e indigentes (figura 2), observa-se que nos dois tipos de família a participação feminina é maior que a masculina. Contudo, esta maior participação feminina não pode, por si só, indicar que as mulheres são mais pobres que os homens, pois a distribuição por sexo nestas famílias segue a distribuição populacional por sexo, onde as mulheres correspondem a, aproximadamente, 51% da população.

Figura 2



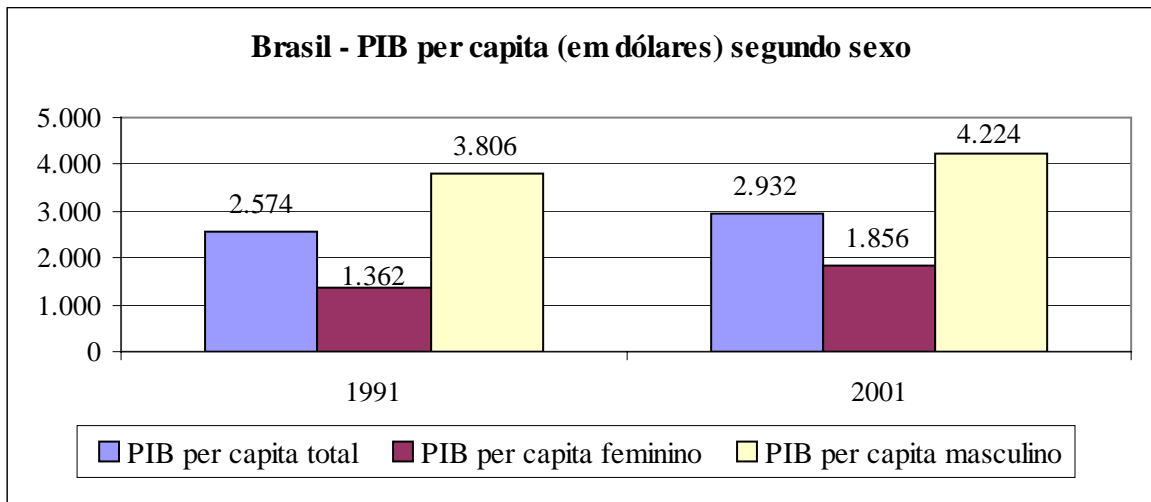
Fonte: PNAD/IBGE, 2001 (apud Melo, 2004). Elaboração Própria.

Sendo assim, para avaliar se as mulheres realmente podem ser consideradas mais pobres que os homens, faz-se necessário observar a diferença entre o PIB *per capita* feminino e masculino.

A figura 3 traz informações sobre o valor destas variáveis, cuja fórmula para o cálculo das mesmas foi baseada na metodologia da ONU para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁰.

¹⁰ A metodologia para o cálculo do PIB aqui apresentado é definida sob a hipótese (heróica) de que a riqueza da economia se distribui na forma de salários. O PIB *per capita* feminino é definido como o produto da parcela feminina da conta salarial (s_f) e a razão entre o produto total e a população feminina (Y/N_f), ou seja, PIB *per capita* feminino = $s_f * Y/N_f$. O PIB *per capita* masculino, por sua vez é calculado de forma análoga. Essa metodologia, portanto, maximiza a distorção entre o assalariado feminino e masculino, pois considera como parte da massa salarial as mulheres que estão fora do mercado formal de trabalho e as que atuam em trabalhos não remunerados. Dessa forma, quanto maior a entrada de mulheres no mercado de trabalho, menor será o diferencial entre o PIB feminino e masculino.

Figura 3



Fonte: IPEAData, Censo demográfico 1991 e PNAD 2001, IBGE.

Nesta figura fica evidente que participação feminina no total da riqueza do país é bem menor que a participação masculina nos dois anos considerados (1991 e 2001), além disso, o PIB *per capita* feminino é menor que o PIB *per capita* total. A menor participação das mulheres na população economicamente ativa (PEA) e seus menores rendimentos auferidos no mercado de trabalho são fatores que explicam esta desigual participação de homens e mulheres na riqueza do país.

No entanto, a figura 3 também mostra que apesar de menor, o PIB *per capita* feminino cresceu mais que o masculino na década de 1990 (36% e 11% respectivamente), provocando uma elevação na razão entre estas duas variáveis, pois em 1991 a razão entre o PIB *per capita* feminino e masculino era de 36% passando para 44% em 2001. Interessante também notar que o PIB *per capita* feminino cresceu mais que o PIB *per capita* total (14%).

Este maior crescimento do PIB *per capita* feminino está, provavelmente, ligado a ampliação da taxa de atividade feminina durante toda a década de 1990, que chegou a atingir cerca de 44% para o Brasil metropolitano em 2001 (Melo, 2004). Como foi visto na seção anterior, esta ampliação da taxa de atividade feminina pode ser interpretada como resultado da redução da taxa de fecundidade, da maior escolaridade feminina e do próprio

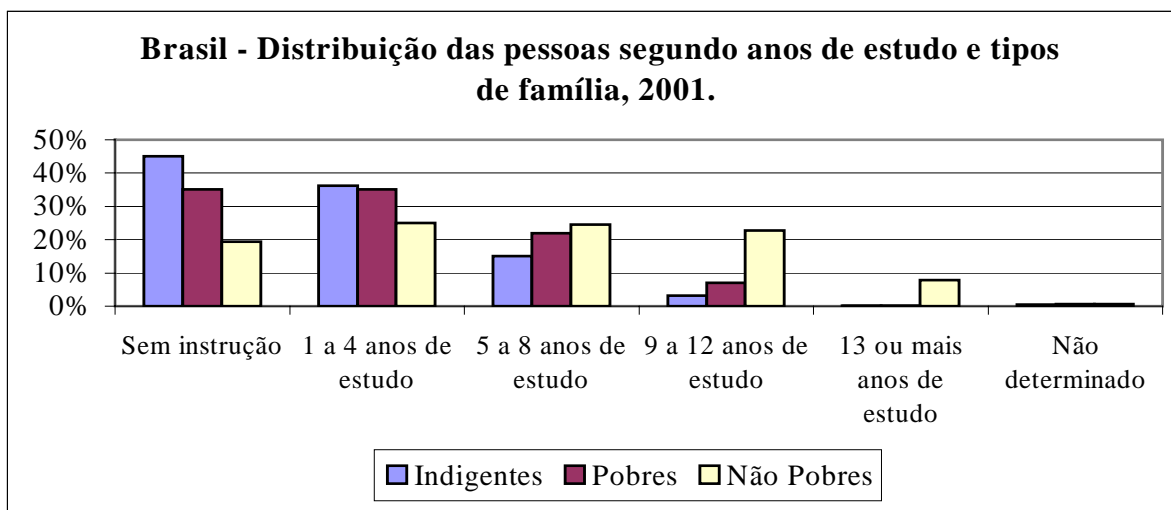
processo de urbanização e industrialização, que trouxe consigo não apenas uma maior oportunidade de incorporação de mão-de-obra feminina como também uma mudança de valores quanto ao papel social da mulher.

Mesmo com a melhora deste indicador para as mulheres, fica evidente que as mesmas continuam mais pobres que os homens, apesar de todas as conquistas sociais femininas. Isso faz com que seja necessária uma análise do porquê as mulheres mostram-se mais pobres que os homens.

A figura 4 e a tabela 17 permitem a análise da escolaridade da população brasileira por tipos de família. A tabela 17 mostra a escolaridade dos homens e das mulheres chefes de família para avaliar a vulnerabilidade das mulheres.

A primeira constatação é a de que a escolaridade continua um fator importante para explicar a pobreza, dado que a participação da população indigente e pobre mostra-se maior nos menores graus de escolaridade, ocorrendo o contrário para os não-pobres (figura 4).

Figura 4



Fonte: PNAD/IBGE, 2001 (apud Melo, 2004). Elaboração Própria.

Além disso, de acordo com a tabela 17, a escolaridade tanto dos homens como das mulheres chefes de família, apesar de apresentar praticamente a mesma distribuição da figura 4, mostra-se melhor que a escolaridade média nacional em todos os tipos de família.

De acordo com a tabela 17, a participação feminina nas famílias pobres e não pobres apresenta-se maior nos extremos, ou seja, tanto nos graus de escolaridade mais baixos (sem instrução) quanto nos mais elevados (13 anos ou mais de estudo). No caso das famílias indigentes, a situação da mulher chefe mostra-se interessante, pois estas mulheres são mais escolarizadas que os homens chefes. Isso, porém, revela que a maior instrução das mulheres chefes de famílias indigentes não tem sido suficiente para tirá-las da indigência, constatando-se, com isso, o fato de que as mulheres sofrem com maior perversidade o fenômeno da pobreza.

Tabela 17 – Brasil – Distribuição de anos de estudo de homens e mulheres chefes de família, segundo tipos de família, 2001.

	Indigentes		Pobres		Não Pobres	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução	39,7%	28,4%	27,7%	29,4%	12,3%	18,3%
1 a 4 anos de estudo	40,9%	35,3%	40,4%	32,2%	28,8%	27,6%
5 a 8 anos de estudo	15,4%	26,5%	24,1%	23,5%	25,0%	20,2%
9 a 12 anos de estudo	3,5%	8,3%	7,1%	13,4%	22,7%	21,7%
13 ou mais anos de estudo	0,1%	0,3%	0,2%	0,6%	10,7%	11,5%
Não determinado	0,4%	1,2%	0,5%	0,9%	0,6%	0,6%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 (apud Melo, 2004). Elaboração Própria.

A análise dos rendimentos auferidos por ambos os sexos na seção anterior mostrou que as mulheres continuam recebendo, em média, cerca de 60% dos rendimentos dos homens, por isso os rendimentos por sexo vêm sendo utilizados como um dos principais indicadores da desigualdade entre homens e mulheres na literatura sobre gênero.

A análise da desigualdade dos rendimentos entre os sexos torna-se ainda mais clara quando observamos estes rendimentos de acordo com cada tipo de família (indigentes, pobres e não pobres). Interessante ressaltar que a tabela 18, que traz esta informação, apresenta o rendimento do chefe de família, isto porque este membro da família é responsável, em média, por 70% de toda a renda familiar (Melo, 2004).

A primeira informação que se pode extrair da tabela 18 é o fato de que as famílias indigentes tinham rendimentos inferiores ao salário mínimo vigente em 2001 (R\$ 180,00).

No que se refere às diferenças entre homens e mulheres, observa-se que em todos os tipos de famílias as mulheres recebem rendimentos inferiores aos dos homens, sendo que a razão entre o rendimento feminino e masculino apresenta-se menor nas famílias não pobres, indicando que a desigualdade de rendimentos aumenta quanto menos pobres são as famílias.

Tabela 18 – Brasil – Renda Média de todas as fontes de trabalho dos chefes de família segundo sexo e tipos de família, 2001.

	Homens	Mulheres	M/H
Famílias Indigentes	148,46	112,48	76%
Famílias Pobres	289,17	221,65	77%
Famílias Não Pobres	1.399,58	989,82	71%
Total de Famílias	1.093,31	727,63	67%

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 (apud Melo, 2004).

Nota: Reais (R\$) de 2001.

De acordo com Leme e Wajnman (2000), o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres explica cerca de 5% da desigualdade de renda¹¹ total de um país. Apesar de ser um percentual muito baixo, esta componente mostra-se fundamental para explicar a maior vulnerabilidade à pobreza das mulheres pelas seguintes razões:

- 1) A diferença entre os rendimentos em favor dos homens é muito grande, o que causa um impacto na oferta de mulheres no mercado de trabalho e compromete seu papel enquanto provedoras de renda complementar ou principal das famílias;
- 2) A maior parte desse diferencial é devido à discriminação e não às diferenças em produtividade; e,
- 3) O hiato de rendimentos por sexo é substantivamente maior quando se compara chefes de família, o que é muito problemático quando se considera o impacto sobre a pobreza das famílias chefiadas por mulheres.

¹¹ Como vimos anteriormente, se a desigualdade de renda é a origem da pobreza no Brasil, a desigualdade de rendimentos entre os sexos também é responsável pelo nível de pobreza do país.

A questão do diferencial dos rendimentos entre homens e mulheres passa pela forma como as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, ou seja, as mulheres ganham menos que os homens porque estão inseridas nas atividades mais precárias e de mais baixos rendimentos.

Melo (2004) ao analisar a atuação das mulheres no mundo do trabalho mostrou que 19% das trabalhadoras brasileiras apresentam-se como trabalhadoras domésticas, nas famílias não pobres e pobres. Isso, por sua vez, explica o drama da pobreza feminina já que esta ocupação aufer a pior remuneração das atividades econômicas. Além disso, a pesquisadora mostrou que nas famílias indigentes observa-se uma maior ocupação tanto feminina quanto masculina nas atividades agrícolas, isso prova que a indigência no Brasil concentra-se na zona rural.

Finalizando, este capítulo teve como objetivo fazer um quadro da pobreza no Brasil sob a perspectiva de gênero. A primeira seção analisou a situação econômica e social de homens e mulheres no país com o intuito de mostrar na seção seguinte que as desigualdades entre os sexos acabam provocando não apenas uma maior pobreza para as mulheres como também uma maior vulnerabilidade das mesmas ao fenômeno da pobreza.

Como pôde ser observado, ao longo de todo o capítulo, a pobreza das mulheres está intimamente ligada à precária inserção destas no mercado de trabalho que por sua vez é fruto da discriminação que sofrem as mulheres do país. É a discriminação que faz com que as mulheres concentrem-se em guetos ocupacionais, que têm como características serem ocupações mais precárias e de baixa remuneração. Interessante observar que nem mesmo a melhor escolaridade das mulheres, alcançada no final da década de 1990, foi capaz de eliminar de vez a discriminação à mulher no mercado de trabalho.

Dadas essas características da pobreza das mulheres, falta agora analisar se realmente a chefia feminina domiciliar constitui-se um indicador de aumento da pobreza das mulheres como afirmam alguns autores (já citados no capítulo anterior) da literatura sobre o assunto. Por isso, o próximo capítulo mostra o perfil de homens e mulheres responsáveis por domicílio da favela do Caju, localizada na cidade do Rio de Janeiro.

IV. A Chefia Feminina Domiciliar nas Comunidades de Baixa Renda do Caju

Este capítulo busca analisar o perfil das mulheres chefes de domicílio das comunidades de baixa renda do Complexo do Caju com o intuito de responder ao atual debate existente sobre a possibilidade de se utilizar a chefia feminina domiciliar como indicador de maior pobreza das mulheres. No entanto, em primeiro lugar faz-se necessário o conhecimento da história e das características deste complexo para que seja mais fácil o entendimento do contexto em que estão inseridos os moradores destas comunidades.

Por isso, o capítulo divide-se em três partes, sendo a primeira um breve histórico do que hoje é conhecido como Complexo do Caju, desde a sua origem até a atualidade. A segunda parte traz informações sobre as características dos domicílios das comunidades de baixa renda do Complexo do Caju de acordo com a tipologia adotada para a diferenciação entre os mesmos. E, finalmente a terceira parte apresenta o perfil dos responsáveis por domicílio do Caju.

IV.1. O Complexo do Caju: breve histórico

A história do Caju – bairro localizado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro – está ligada aos tempos coloniais do Brasil. No início do século XIX a Quinta do Caju, que era uma propriedade particular à beira da praia do Caju, foi comprada em 1817 por D. João VI, que a dotou de uma capela e um cais, e passou a se chamar Quinta Real do Caju, servindo como balneário da família real por um bom período.

De bairro elegante, cuja ligação com o centro urbano se fazia por mar, o Caju passou, no espaço de algumas décadas, a ser também um bairro industrial, plenamente integrado à vida da cidade. Já no final do século XIX sinalizava-se o tipo de ocupação que seria predominante no bairro, pois foram ali instalados: um estaleiro (Caneco), duas fábricas de tecido, uma fábrica de vagões para estrada de ferro e a primeira marcenaria de móveis de luxo da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, foram construídos hospitais

destinados ao tratamento de pessoas com doenças infecto-contagiosas (principalmente tuberculose), e o Cemitério do Caju, que atualmente é chamado de Cemitério São Francisco Xavier.

No século XX, o Caju foi se tornando um bairro cada vez mais industrial e populoso. Neste período, foram abrigados no bairro o Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica (PAME), o estaleiro Ishikawajima e várias instalações portuárias. Além disso, o Caju passou a servir como local de despejo de lixo produzido na cidade. Por isso, seu espaço físico foi sendo modificado por grandes aterros e a praia do Caju é agora apenas o nome de uma rua, enquanto a Quinta, antes no extremo da ponta de terra, tem hoje uma única saída estreita para o mar, estando rodeada por aterros. (PMRJ, Favela-Bairro, 1996).

Atualmente o Caju é um bairro essencialmente industrial e muito pouco residencial e ainda funciona como área de apoio ao porto com pátios para guarda de *containers*. Existem hoje no Caju quatro cemitérios, estaleiros, concreterias, área da Comlurb, Área de Estação de Tratamento de Esgoto da Alegria, Companhia de Docas do Rio de Janeiro, terminal rodo-ferroviário, quartéis do Exército e da Aeronáutica, antigo cais pesqueiro, hospitais etc (Andrade, 2004).

A ocupação residencial do Caju começou, provavelmente, na segunda metade do século XIX por pescadores, em sua maioria, imigrantes portugueses. Estes pescadores e suas famílias formaram a comunidade hoje conhecida como Quinta do Caju. Já na década de 1940 surgiram as favelas Ladeira dos Funcionários e Parque São Sebastião, sendo a primeira ocupada pelos empregados dos hospitais e a segunda, pelos operários portuários. Na década de 1970, os pavilhões do Hospital Estadual Clemente Ferreira – que nesta época já encontrava-se desativado – foram ocupados por trabalhadores do Hospital São Sebastião. Esta ocupação deu origem a atual favela Vila Clemente Ferreira (Andrade, 2004).

Com a crise da construção naval, na década de 1980, os empregos formais para a população do Caju sofreram forte retração. Aliado a isto, a falência do sistema de financiamento habitacional e o aumento das tarifas de serviços públicos (imposto territorial urbano, água, eletricidade) induziram a migração da população que habitava em áreas formalmente urbanizadas para as zonas faveladas da cidade do Rio de Janeiro. A

favelização do Caju acelerou-se com o fechamento dos estaleiros navais, e atualmente, grande parte de sua população vive em favelas (Oliveira & Melo, 2005).

A tabela 19 apresenta a evolução da população do Caju em alguns anos do período entre 1980 e 2000. Como pode ser observado, há uma queda no total da população na década de 1980 provocada pela crise da construção naval, voltando a crescer com a revitalização desta indústria.

Tabela 19 – População do Caju e do Município do Rio de Janeiro, 1980-2000.

	1980	1991	1996	2000
Caju (mil)	17,4	13,9	17,8	17,7
RJ (milhões)	5,1	5,5	5,6	5,9

Fonte: Censo Demográfico 2000/ PNAD 1996.

Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro (apud Oliveira & Melo, 2004)

Atualmente, o Complexo do Caju é formado por seus estabelecimentos industriais e comerciais e por suas nove comunidades de baixa renda, que são objetos desta pesquisa: a Ladeira dos Funcionários, o Parque São Sebastião, a Vila Clemente Ferreira, a Quinta do Caju, o Parque Alegria, o Parque Vitória, o Parque Conquista, a Nossa Senhora da Penha e o Parque Boa Esperança.

IV.2. O Caju e suas Características

Antes da apresentação dos dados que revelam as características dos domicílios do Caju, vale lembrar que este estudo diferencia-se da maioria dos estudos sobre pobreza que utilizam apenas a renda domiciliar como parâmetro de diferenciação entre domicílios considerados pobres e não-pobres. Esta dissertação utiliza, para sua análise quantitativa, a mesma metodologia de linha de pobreza utilizada na pesquisa sobre “*Energia e Pobreza*” elaborada pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2004, e cuja base de dados utilizada foi construída a partir da “*Pesquisa Socioeconômica das Comunidades de Baixa Renda do Caju*” realizada em 2002 pelo IETS (Instituto de Estudos

do Trabalho e Sociedade) em parceria com o sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro).

A pesquisa domiciliar do IETS/FIRJAN trouxe informações relacionadas às características dos moradores, às características de escolaridade, cidadania, associativismo, às características do trabalho e rendimento, além das características da condição de habitação. Foi considerado como período de referência da pesquisa o período compreendido entre os dias 1º e 30 de setembro de 2002 e, como semana de referência, a semana de 13 a 19 de outubro de 2002.

A metodologia adotada pela pesquisa do Instituto de Economia da UFRJ criou uma tipologia para caracterizar os domicílios das comunidades do Caju. Esta tipologia foi estruturada com base em cinco indicadores:

- Rendimento mensal per capita do domicílio: foram considerados os rendimentos das pessoas com 10 anos ou mais de idade provenientes das seguintes fontes: trabalho principal, aposentadoria, pensão, aluguel, outros trabalhos, ajuda de familiares não residentes no domicílio, doação e outras rendas. A soma destes rendimentos foi dividida pelo número de residentes com 10 anos ou mais de idade no domicílio para obter a renda *per capita*, ou seja, o cálculo da renda *per capita* considera apenas os moradores adultos dos domicílios, ficaram de fora as crianças.
- Posse e valor do imóvel: imóveis não próprios, imóveis próprios sem declaração de valor e imóveis próprios com valor declarado.
- Posse de bens duráveis no domicílio: foram atribuídos pontos aos bens, de acordo com a proporção de cada um deles no conjunto dos domicílios das comunidades do Caju.
- Disponibilidade de crédito dos moradores do domicílio: foram atribuídos pontos ao crédito, de acordo com a proporção de cada um deles (posse de conta corrente bancária, conta de poupança, cartão de crédito e cartão de crédito de lojas) no conjunto dos domicílios das comunidades do Caju.
- Moradores com carteira de trabalho assinada: considerou-se o percentual de moradores do domicílio com carteira de trabalho assinada.

Para cada uma destas variáveis estabeleceram-se cinco estratos e foram atribuídos pontos para cada um destes estratos. Com a soma dos pontos relativos ao conjunto das variáveis foi possível identificar situações sócio-econômicas distintas que correspondem a seguinte tipologia dos domicílios: A, B, C, D e E. O quadro abaixo mostra a quantidade de pontos atribuídos para cada um destes tipos. Nesta tipologia, são mais pobres os domicílios que apresentam menos pontos.

TIPOLOGIA DE DOMICÍLIOS	
TIPO	QUANTIDADE
DE DOMICÍLIO	DE PONTOS DO DOMICÍLIO
A	de 32 a 40
B	de 26 a 31
C	de 20 a 25
D	de 14 a 19
E	de 8 a 13

No que tange à análise qualitativa, as entrevistas às cinco mulheres que se auto-declararam chefes de domicílio na favela do Caju foram realizadas em março de 2006 com o objetivo de se conhecer a história de vida destas mulheres para se saber quais foram os fatores responsáveis por colocá-las na condição de chefes de seus domicílios. Além disso, por intermédio destas entrevistas foi possível observar a atual estratégia de vida dessas mulheres e ainda saber qual a percepção que elas têm da atual condição de suas vidas.

As entrevistas foram gravadas, não se fez uso de questionários. As perguntas foram divididas em três grupos: dados pessoais, informações sobre o domicílio e história de vida. Quanto aos dados pessoais foram perguntados: nome; idade; escolaridade; profissão; estado civil; número de filhos; idade dos filhos e renda pessoal. Quanto às informações sobre o domicílio foram perguntadas: quantas e quem são as pessoas que moram no domicílio; número de crianças no domicílio; quantidade de pessoas que trabalham no domicílio; a condição do domicílio (próprio, cedido ou alugado); valor médio do domicílio (caso fosse próprio) e; renda domiciliar. Na parte da história de vida foi pedido que elas contassem suas histórias de forma livre, mas abordando alguns pontos como:

- Informações sobre a família de origem (o que faziam seus pais e onde moravam)

- Por que deixou de estudar?
- Se já havia sido casada ou havia vivido com alguém
- Como foi a experiência da primeira gravidez (em que idade; se teve algum apoio dos pais ou do pai da criança).
- Se tem alguma ajuda da família de origem ou do pai das crianças.
- Como se tornou chefe de domicílio?
- Acredita que se caso tivesse um companheiro sua situação financeira seria melhor?
- Como considera sua situação financeira? Tem perspectiva de melhorá-la? Caso tenha, como?
- Há quanto tempo mora no Caju?
- Por que mora no Caju? Gostaria de morar em outro lugar? Por que?

A tabela 20 apresenta as características dos domicílios das comunidades de baixa renda do Caju de acordo com a tipologia adotada. Como pode ser observado, 49,5% dos domicílios do Caju tinham renda *per capita* superior ao salário mínimo (R\$ 200,00) vigente no ano de 2002.

Os domicílios do tipo A são os domicílios que apresentam melhores condições sócio-econômicas: caracterizam-se pela menor quantidade de residentes nos domicílios e também pelo menor número de crianças nos mesmos; mostram-se também como um grupo afastado da situação de pobreza pois possuem um patrimônio (valor do imóvel e posse de bens de consumo duráveis) significativo, acesso a crédito e renda *per capita* correspondendo a cerca de quatro salários mínimos. Pode-se dizer, então, que os moradores dos domicílios do tipo A apesar de viverem em comunidades de baixa renda, que por sua vez caracterizam-se por serem locais de exclusão social e pobreza, não podem ser considerados pobres do ponto de vista da renda e do patrimônio. Interessante notar que este tipo corresponde ao menor percentual (3,7%) de domicílios das comunidades de baixa renda do Caju.

Os domicílios tipo B (13,4%) e tipo C (32,4%) estão relativamente distantes da linha de pobreza, apesar de estarem em pior situação, do ponto de vista da renda *per capita* e do valor do imóvel, que os domicílios tipo A. Os domicílios tipo C, no entanto mostram-se mais vulneráveis, principalmente, por possuírem uma renda *per capita* muito próxima ao salário mínimo e pelo menor acesso ao crédito.

Os domicílios tipo D e tipo E, que juntos correspondem a 50,5% dos domicílios das comunidades de baixa renda do Caju, são os mais pobres destas comunidades. Os domicílios tipo D apresentam renda *per capita* um pouco menor que o salário mínimo, o acesso ao crédito é muito baixo, assim como a posse de bens de consumo duráveis, além disso, a informalização do trabalho é significativa nestes domicílios.

Enfim, nos domicílios tipo E é aonde concentra-se a pobreza, já que a renda *per capita* destes domicílios é praticamente metade do salário mínimo, o valor do imóvel é insignificante e o trabalho praticamente realiza-se na informalidade. Também são nestes domicílios que aparece o maior número de crianças.

Tabela 20 – Caju – Tipos de Domicílios segundo suas Características.

Características	A	B	C	D	E	Total
Número	247	882	2.141	2.373	962	6.605
% s/ total	3,7	13,4	32,4	35,9	14,6	100,0
Nº de Pessoas por Domicílio						
Total	2,7	3,2	3,3	3,6	3,9	3,5
Com 10 anos e mais	2,4	2,7	2,7	2,9	2,9	2,8
Com carteira	1,2	1,2	1,0	0,6	0,2	0,8
Renda per capita do domicílio	884,98	531,84	321,82	196,81	102,71	294,1
Valor Médio do Imóvel	22.263,16	16.927,55	10.075,20	6.235,99	2.821,73	9.010,23
Bens*	70,1	56,7	39,1	25,9	15,0	34,4
Crédito*	12,3	9,7	5,0	2,1	0,6	4,2

* Pontos

Obs: Reais (R\$) de setembro de 2002.

Fonte: FIRJAN / IETS. Elaboração Própria.

Tabela 21 – Caju – Participação da Renda dos Responsáveis no Total da Renda dos Domicílios.

CLASSES DE RENDA	A	B	C	D	E	TOTAL
Total	247	882	2.141	2.373	962	6.605
Renda do Responsável (A)	1.326,85	721,77	487,58	339,01	189,16	453,40
Renda Total do Domicílio (B)	2.056,32	1.298,98	808,90	526,73	283,36	743,07
% A/B	64,5	55,6	60,3	64,4	66,8	61,0

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria.

A observação dos dados da tabela 20 mostra o quanto é importante a formalidade no mercado de trabalho para explicar o maior bem-estar dos domicílios. A presença de pelo menos um morador com carteira de trabalho assinada garante tanto um maior acesso ao crédito e posse de bens de consumo duráveis quanto uma renda continuada para a obtenção e acumulação de patrimônio imobiliário¹². Isso corrobora a visão de Medeiros (2003) sobre a questão da pobreza no Brasil, ou seja, a visão de que a atual estrutura do mercado de trabalho – com grande flexibilização do emprego – tem estado no cerne da pobreza e da desigualdade de renda. E, portanto, para combater a pobreza e a desigualdade é necessário o crescimento econômico, juntamente com a geração de empregos formais. Isso porque:

“...a redução do contingente de subempregados e subremunerados constitui um caminho essencial de redução da pobreza e da disparidade de renda que se forma no mundo do trabalho. Sem uma segura e continuada expansão do emprego moderno e sem uma mudança na estrutura das ocupações, não há porque supor que um esforço de educação possa transformar essa realidade de exclusão social.” (Medeiros, 2003, pg335).

Outra questão que deve ser ressaltada é a maior vulnerabilidade à pobreza devido a maior presença de crianças em alguns domicílios, uma vez que isto gera uma maior incapacidade por parte dos adultos (principalmente as mulheres) destes domicílios na obtenção de renda via acesso ao mercado de trabalho. Como pode ser observado (tabela 21), é exatamente no tipo de domicílio mais pobre (tipo E) que a participação da renda do responsável no total da renda do domicílio apresenta-se maior. Isso, por sua vez, indica o

¹² Os assalariados (64,75%) predominam sobre os autônomos (35,25%) entre os compradores de imóveis das favelas da cidade do Rio de Janeiro (Abramo, 2003).

quanto torna-se difícil, na presença de crianças, a mobilidade dos moradores adultos, fazendo com que a renda do domicílio dependa muito mais do seu responsável.

Uma das mulheres entrevistadas revelou que um dos principais fatores que a impediu de conseguir um emprego foi a necessidade de cuidar de suas filhas:

“Eu só trabalhei lá (Paraíba) mesmo, quando eu vim pra aqui só fiquei como do lar mesmo. Andei atrás, mas também não consegui, porque eles dizem que tem que ter uma carta pra provar o trabalho lá, pra eles me darem um trabalho aqui. Aí, as meninas eram muito pequeninhas, e na época não compensava, com o que eu ia ganhar, colocar uma pessoa em casa pra ficar do lado das crianças. Aí, como é que eu ia trabalhar, né? Aí, só ficou assim mesmo, de lá pra cá não consegui mais trabalho com carteira assinada.”

A observação dos domicílios das comunidades de baixa renda do Caju por intermédio desta metodologia permite uma análise mais completa do que a que se faz via linhas de pobreza tradicionais. Estas escondem informações importantes sobre os domicílios, permitindo com isso que se incorra no risco de considerar como pobres domicílios que, na realidade, não deveriam ser assim considerados.

A análise da pobreza que considera apenas a renda domiciliar mostra-se uma análise incompleta, uma vez que a renda é um fluxo e, portanto, não capta informações sobre o patrimônio acumulado pelas famílias. A tabela 20 informa o valor médio dos imóveis para os diferentes tipos de domicílio do Caju e o resultado é bastante interessante, pois revela que o valor da propriedade imobiliária nas comunidades de baixa renda do Caju não é irrelevante. De acordo com Oliveira & Melo (2005), o valor estimado para as melhores moradias do Caju – supondo uma área de moradia de 50 m² – no ano de 2002 era de cerca de R\$400,00/m², enquanto que o preço dos imóveis em bairros populares da cidade do Rio de Janeiro ficava em torno de R\$1.200,00/m².

O preço elevado dos imóveis não é uma característica apenas das comunidades de baixa renda do Caju, mas de todas as favelas da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Abramo (2002, apud Andrade, 2004), isso ocorre como um reflexo tanto da característica do próprio mercado imobiliário informal da favela¹³ quanto da característica de liberdade de construção das moradias em favelas.

Interessante que mesmo com os preços elevados dos imóveis os moradores das favelas permanecem nas mesmas. No caso do Caju, a pesquisa de Oliveira & Melo (2005) mostrou que muitos de seus moradores já residem lá há mais de 40 anos. Isto, de acordo com Abramo (2003), mostra a importância dos laços comunitários e de vizinhança na escolha domiciliar residencial da população pobre.

Entre as mulheres entrevistadas, as amizades e a facilidade de acesso ao transporte são fatores que fazem do Caju um bom local para morar. Uma delas chega a dizer: *“Gosto de morar no Caju, porque aqui nós somos uma comunidade carente, mas somos todo mundo humilde, temos condução, temos facilidade pra gente chegar em hospitaleh ... em supermercado, em tudo”* (M. M.). Apesar de todas colocarem a necessidade financeira como o principal fator responsável pela escolha do Caju como local de moradia, acreditam que a favela do Caju é ainda um bom local para se viver. O principal inconveniente apontado por elas é a violência, praticamente todas elas dizem que se pudessem sairiam do Caju para morarem num local mais tranquilo.

Outro fator também importante para avaliar o patrimônio acumulado pelas famílias é a posse de bens de consumo duráveis dos domicílios das comunidades de baixa renda do Caju. Esta informação é apresentada na tabela 22 para todos os tipos de domicílio.

Na área de alimentos, observa-se que a geladeira é um bem já difundido para todos os tipos de domicílio, mais de 95% dos domicílios de todos os tipos possuem este bem, - somando-se o percentual de domicílios com geladeira simples e duplex – mostrando o quanto ele é considerado essencial para as famílias do Caju, até mesmo para as mais pobres.

¹³ Marcado por assimetria de informação, pois sabe-se pouco sobre os preços imobiliários praticados em outras favelas e na cidade formal. Sendo assim, os preços dos imóveis neste mercado informal são, em geral, estabelecidos com base em algumas indicações de preços do mercado formal e nos preços referenciais (imóveis específicos que servem como parâmetro de preço no mercado) (Abramo 2002, apud Andrade, 2004).

É relevante, também, o percentual de domicílios com posse de filtros de água, o que significa uma preocupação das famílias com a qualidade da água. O uso de freezer e de microondas é ainda pequeno, mas apresenta uma forte difusão, principalmente no que se refere a este último.

Na área de lazer observa-se a universalização da televisão e do rádio. Interessante, nesta área é a posse de TV por assinatura que até mesmo nos domicílios tipo C e tipo D é relativamente significativa, o que pode estar relacionada à prática de conexão informal.

Tabela 22 – Caju – Percentual de Domicílios segundo Posse de Bens Duráveis.

BEM	A	B	C	D	E	TOTAL
ALIMENTOS						
Geladeira	61,5	72,8	82,3	89,8	88,4	83,8
Geladeira Duplex	34,8	28,5	16,7	8,0	6,3	14,3
Freezer Vertical	29,6	25,4	9,4	6,2	2,6	10,2
Freezer Horizontal	10,1	5,4	5,7	2,7	1,7	4,2
Filtro de Água (Vela/Carvão Ativo)	76,9	72,1	63,5	47,4	41,3	56,1
Filtro de Água (Ozonizador)	8,9	9,2	4,4	4,8	1,2	4,9
Forno Microondas	36,4	31,4	16,2	7,0	2,8	13,7
LAZER						
TV em Cores	97,6	97,7	95,7	92,3	88,8	93,8
Rádio	93,5	92,1	91,1	85,6	77,4	87,4
Videocassete	67,6	55,8	42,6	26,6	14,1	35,4
DVD	3,6	1,7	2,4	0,7	-	1,4
TV p/ Assinatura	12,6	14,7	10,2	4,3	1,6	7,5
COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE						
Telefone Celular	72,5	54,2	43,3	32,1	15,9	37,8
Telefone Fixo	82,6	81,6	61,2	43,0	17,5	51,8
Microcomputador	27,9	13,2	7,5	4,1	0,6	6,8
Automóvel Próprio	50,2	27,2	10,7	4,8	1,0	10,9
CONFORTO						
Máq. Lava Roupas	68,8	65,5	48,9	29,7	16,8	40,3
Aspirador de Pó	19,8	8,7	4,1	1,6	0,0	3,8
Máq. De Costura	31,2	29,5	22,1	15,2	6,8	18,7
Ar Condicionado	57,9	42,6	24,1	11,7	3,7	20,4
Chuveiro Elétrico	73,3	66,2	50,6	37,0	24,8	44,9

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria.

Quanto aos bens relacionados à comunicação e transporte, é notável a forte difusão dos telefones fixos e celulares. Isto deve estar relacionado à redução nos custos de obtenção destes aparelhos após a privatização da telefonia no Brasil. No caso do automóvel, nota-se que sua posse não é irrelevante, principalmente nos domicílios do tipo A e do tipo B. A explicação para esta forte presença do automóvel no conjunto de bens das comunidades de baixa renda do Caju deve estar relacionada à existência do mercado de segunda mão para veículos (Oliveira & Melo, 2005).

No conjunto de bens relacionados ao conforto, mostram-se mais importantes o chuveiro elétrico e a máquina de lavar roupa. Interessante também, neste conjunto, é a aparente difusão do aparelho de ar condicionado, até mesmo nos domicílios mais pobres (tipo D e tipo E).

É possível notar que a posse de bens duráveis por parte dos moradores do Caju respeita basicamente ao critério da essencialidade para a vida social. Além disso, o padrão de consumo desses bens por parte dos habitantes do Caju não difere muito do padrão de consumo da população da região metropolitana do Rio de Janeiro (tabela 23). Os domicílios tipo A e tipo B do Caju possuem um padrão de consumo ainda mais elevado que a média de consumo da região metropolitana do Rio de Janeiro. O percentual de domicílios tipo A e B do Caju com a posse de *freezer* e máquina de lavar roupa – que são eletrodomésticos relativamente caros e menos essenciais – é significativamente maior que o da região metropolitana do Rio. Isso mostra que o padrão de consumo de eletrodomésticos em alguns domicílios do Caju é similar ao padrão da classe média do Rio de Janeiro.

Tabela 23 – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Domicílios Particulares Permanentes segundo a posse de Bens Duráveis, 2002.

BENS	RMRJ
Geladeira	98%
Freezer	26%
Filtro de água	77%
Fogão	99%
Televisão	98%
Rádio	96%
Máquina de lavar roupa	57%
TOTAL DE DOMICÍLIOS	3.548.529

Fonte: PNAD 2002/IBGE. Site acessado dia: 14/02/2006.

A pesquisa sobre pobreza e energia no Caju realizada pelo Instituto de Economia da UFRJ fez uma comparação entre o consumo estimado de energia elétrica por parte dos moradores do Caju, com base na posse de eletrodomésticos dos domicílios, e o consumo faturado pela Light (concessionária de eletricidade). Nesta comparação foi possível observar, em primeiro lugar, que o consumo de energia elétrica faturado pela Light não difere muito entre os tipos de domicílio, no entanto, o consumo estimado de energia mostra-se maior que o faturado nos domicílios tipo A, B e C – onde a posse de bens de consumo duráveis é superior à dos domicílios mais pobres.

As perdas comerciais da Light nas comunidades faveladas do Caju situam-se num patamar de 40% e são provenientes do uso generalizado da conexão irregular à rede de distribuição de energia elétrica. Esta conexão irregular, por sua vez, faz parte da estratégia dos moradores do Caju para equilibrar os gastos energéticos com a renda domiciliar. E é esta estratégia que permite aos moradores do Caju um padrão de consumo de eletrodomésticos muito próximo do padrão de consumo da classe média do Rio de Janeiro.

IV.3. Perfil dos Responsáveis por Domicílio no Caju

Nesta seção será apresentado o perfil dos responsáveis por domicílio das comunidades de baixa renda do Caju, com o objetivo de melhor entender as diferenças sócio-econômicas entre homens e mulheres chefes de domicílio.

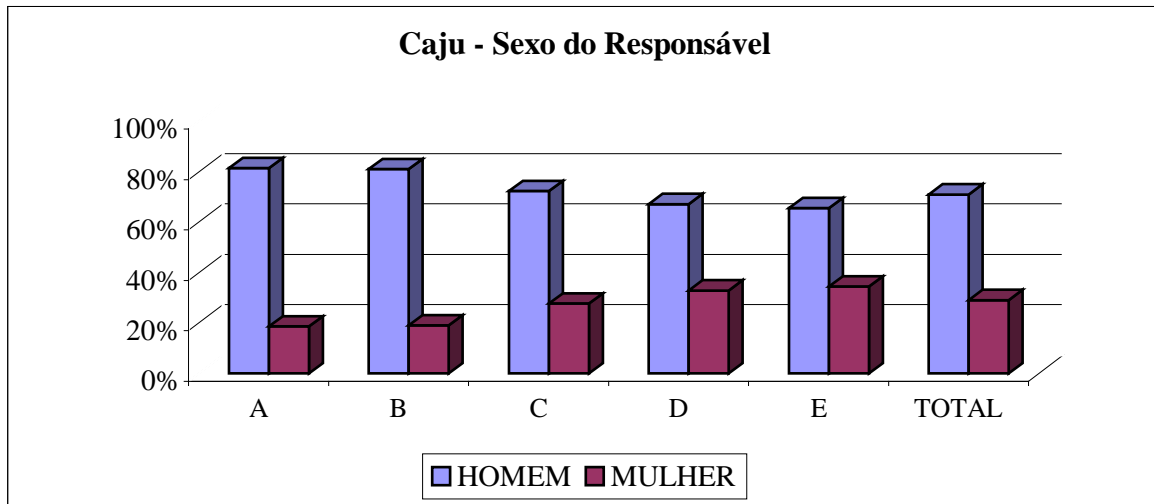
De acordo com a figura 5, a chefia masculina é predominante em todos os tipos de domicílio das comunidades do Caju, seguindo a realidade brasileira, uma vez que, em 2001, apenas 24,9% dos domicílios, no Brasil, eram chefiados por mulheres.

O percentual de domicílios chefiados por homens, no Caju, mostra uma relação inversa com o grau de pobreza, ou seja, mostram-se menores nos domicílios mais pobres, enquanto que o percentual de domicílios chefiados por mulheres aumenta nos tipos de domicílio mais pobres. Esta maior presença da chefia feminina nos domicílios mais pobres não é uma característica das comunidades de baixa renda do Caju, mas apresenta-se como uma realidade para o Brasil como um todo. De acordo com Oliveira, Sabóia e Cobo (2002), a chefia feminina domiciliar mostra-se maior quanto menor é o nível de renda do domicílio.

Segundo Oliveira & Melo (2005), esta maior participação da chefia feminina nos domicílios mais pobres é aparentemente explicada pela própria dinâmica social dos lares pobres que se caracteriza por ser menos centrada nos laços familiares.

A história de vida das mulheres entrevistadas mostra bem a fragilidade das relações familiares destas mulheres. O abandono ou a ruptura com a família de origem é um fato observado na vida de quase todas elas. Além disso, quando constituem suas próprias famílias, em geral, não o fazem por intermédio do casamento, mas sim das uniões consensuais.

Figura 5



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

Infelizmente, não foi possível obter informações a respeito da presença ou ausência de cônjuge nos domicílios chefiados por mulheres nas comunidades do Caju, mas acredita-se que assim como na média nacional, grande parte destes domicílios caracterizam-se pela ausência do cônjuge varão¹⁴.

De acordo com Oliveira, Sabóia e Cobo (2002), no ano de 2000, apenas 16,7% dos domicílios sob responsabilidade feminina, no Brasil, caracterizavam-se pela presença do cônjuge. Essa proporção, no entanto, já apresenta-se bem maior que a proporção de domicílios chefiados por mulheres com cônjuge em 1991 que era da ordem de 5,6%.

Ainda segundo estas pesquisadoras, a proporção de domicílios sob responsabilidade feminina com cônjuge revela-se maior nos grupos mais escolarizados de mulheres (com mais de 5 anos de estudo). Por outro lado, as mulheres que não têm cônjuge localizam-se em maior proporção nas faixas mais baixas de rendimentos, ou seja, entre as mais pobres (Oliveira, Sabóia e Cobo, 2002), reforçando a visão de Oliveira & Melo (2005) de que a pobreza explica-se também pela ruptura da estrutura familiar tradicional.

Interessante observar nas entrevistas é que as mulheres que não possuem um companheiro não acreditam que a presença do mesmo poderia melhorar a condição de vida

¹⁴ Também na pesquisa de Andrade (2004), a autora mostra que 84,3% dos domicílios chefiados por mulheres nas comunidades de baixa renda do Caju não têm cônjuge.

delas. Na verdade, todas as mulheres entrevistadas que se caracterizaram pela ausência de um cônjuge declararam que a ausência do mesmo foi escolha delas (e não abandono deles) e que a ausência deles aumenta o bem estar delas. De acordo com a fala dessas mulheres:

“Não acho que se tivesse um companheiro minha situação seria melhor. Não mesmo, tem uns que botam a gente pra baixo, só querem tirar o pouco que a gente arruma. Eu me considero melhor sozinha do que com um homem”. (O. R.)

“Também nunca tive ajuda do meu ex-marido, acho que se ainda tivesse com ele a minha situação seria muito pior”. (M. M.)

“Eu sempre fui chefe de domicílio, mesmo junto com meu marido, mas eu me tornei chefe de domicílio liberta quando eu me separei há 15 anos”. (M. M.)

“Não acho que minha vida seria melhor com um marido, eu não acredito mais em marido nenhum! Deixa eu assim que tá bom demais! Tô de férias, tô traumatizada, não quero mais saber de marido não”. (D.)

“Não sei se agora eu tivesse um marido minha vida seria melhor. Acredito que não, né? assim porque eu sempre trabalhei pra manter meus filhos.” (D. S.)

É evidente que a percepção da figura masculina por parte dessas mulheres está muito ligada à própria experiência que elas tiveram com os homens, ou seja, experiência de maus tratos, exploração emocional e financeira, abandono, entre outras. No entanto, como essas mulheres não são representativas de todas as mulheres chefes de domicílio do Caju, acredita-se que existem mulheres pobres, chefes de domicílio e residentes no Caju que tenham ou tiveram boas experiências com o casamento ou com a união consensual e que, portanto, acreditem que a presença de um cônjuge seria importante para que elas tivessem uma melhor situação sócio-econômica.

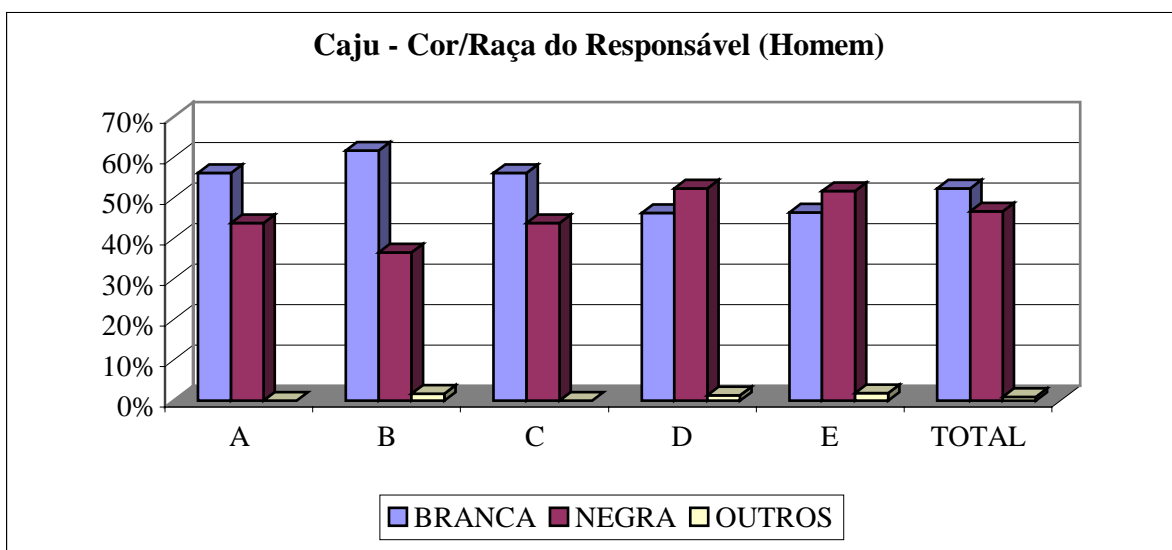
Todavia, ainda assim, a declaração das mulheres entrevistadas vai de encontro ao argumento de Barroso (1978) de que a maior pobreza das mulheres chefes de domicílio está ligada à ausência do cônjuge varão devido ao abandono do lar pelo mesmo. Isso porque, a ausência do cônjuge pode estar evidenciando a escolha feminina de ser responsável pelas decisões quanto à sua própria vida e a vida dos seus familiares. Além disso, muitas vezes a ausência do cônjuge pode estar evidenciando também ausência de violência doméstica. Uma das mulheres entrevistadas expõe claramente este problema:

“Fui casada por 15 anos, me separei dele por causa da bebida e dos maus tratos, sempre trabalhei pra ajudar ele, a minha renda era mais que a dele, porque eu trabalhava vendendo avon, lavando roupa, fazendo unha aí eu resolvi me separar dele porque eu

estava sofrendo muito, e não era justo meus filhos verem aquilo tudo que eu passava, aí eu resolvi me separar dele e tomei a decisão que até hoje nem na morte eu quero ele perto de mim!” (M. M.)

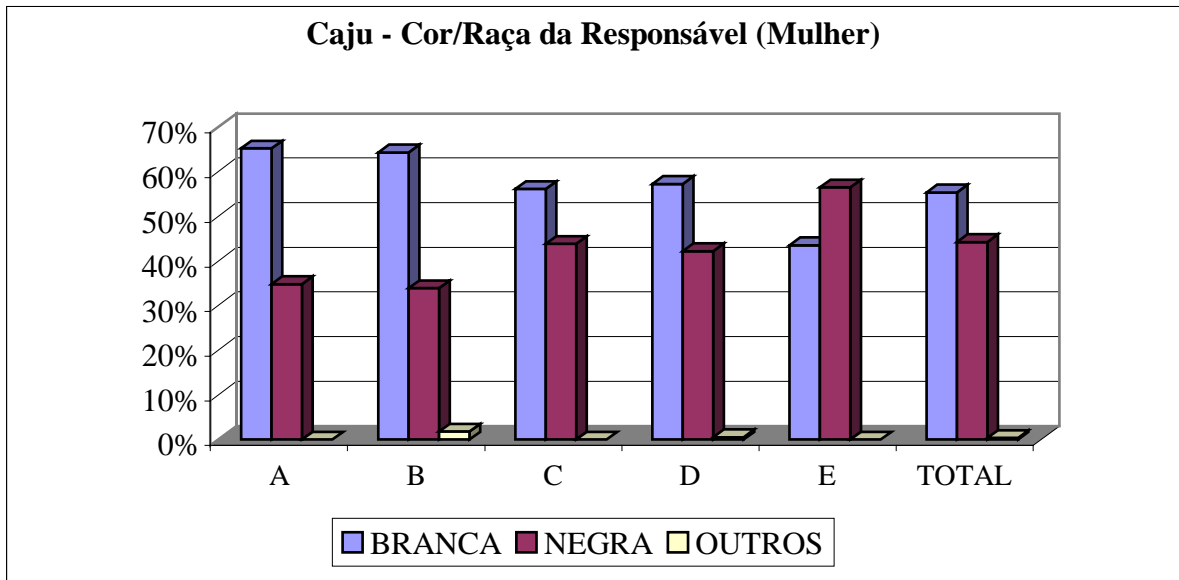
Quanto à cor/raça dos responsáveis (figuras 6 e 7), observa-se que, em média, cerca de 50% dos homens e das mulheres responsáveis por domicílio declaram-se brancos. Contudo, a cor branca mostra-se mais predominante entre as mulheres, já que apenas nos domicílios do tipo E chefiados por mulheres a cor negra (preta e parda) predomina. Isso revela que as mulheres negras chefes de domicílio apresentam-se como a categoria de mulheres mais vulneráveis à pobreza.

Figura 6



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

Figura 7



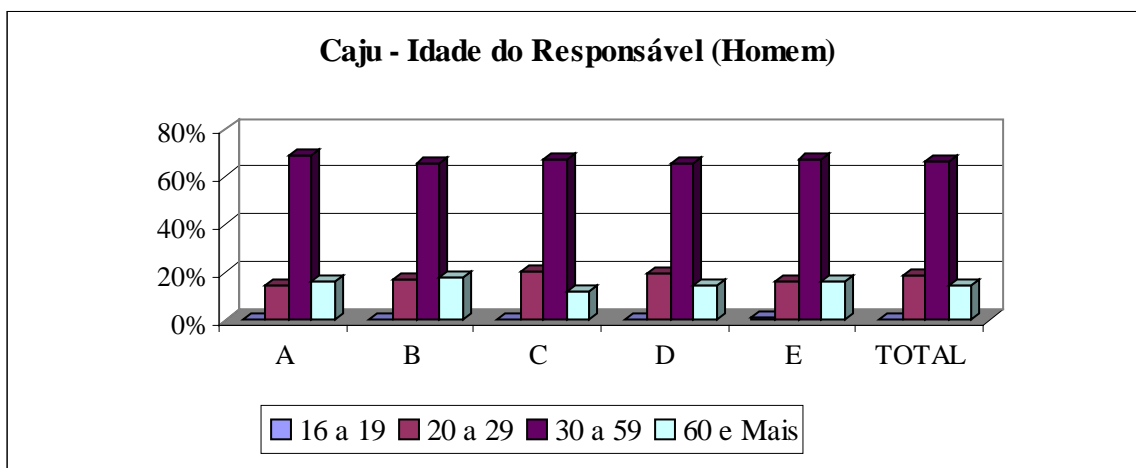
Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração própria.

As figuras 8 e 9 apresentam a idade dos responsáveis por domicílio de ambos os sexos. No caso dos homens – figura 8 – observa-se que a idade não é um fator diferenciador entre os tipos de domicílio, com mais de 60% dos domicílios de todos os tipos sendo chefiados por homens na fase adulta (30 a 59 anos). Isso, contudo, não ocorre no caso dos domicílios chefiados por mulheres, nestes observa-se uma certa assimetria na idade das chefes de acordo com os diferentes tipos de domicílio. Observam-se diferenças marcantes no perfil etário das mulheres chefes dos domicílios tipo A e tipo E, sendo o primeiro caracterizado pelo maior percentual de domicílios chefiados por mulheres com 60 anos ou mais de idade e pela quase que inexistência de domicílios chefiados por mulheres muito jovens (16 a 29 anos). Já o segundo (tipo E), caracteriza-se pela maior presença de domicílios chefiados por mulheres jovens em relação aos demais tipos de domicílios e pela menor presença de mulheres idosas.

Essa maior presença de mulheres muito jovens na chefia dos domicílios tipo E deve estar ligada à própria desestrutura familiar que é marcante nos domicílios mais pobres, como anteriormente mencionado. Ao mesmo tempo, a maior presença de mulheres idosas chefes nos domicílios tipo A revela que muitos destes domicílios são sustentados por mulheres aposentadas ou pensionistas. Já a menor presença de idosas na chefia de

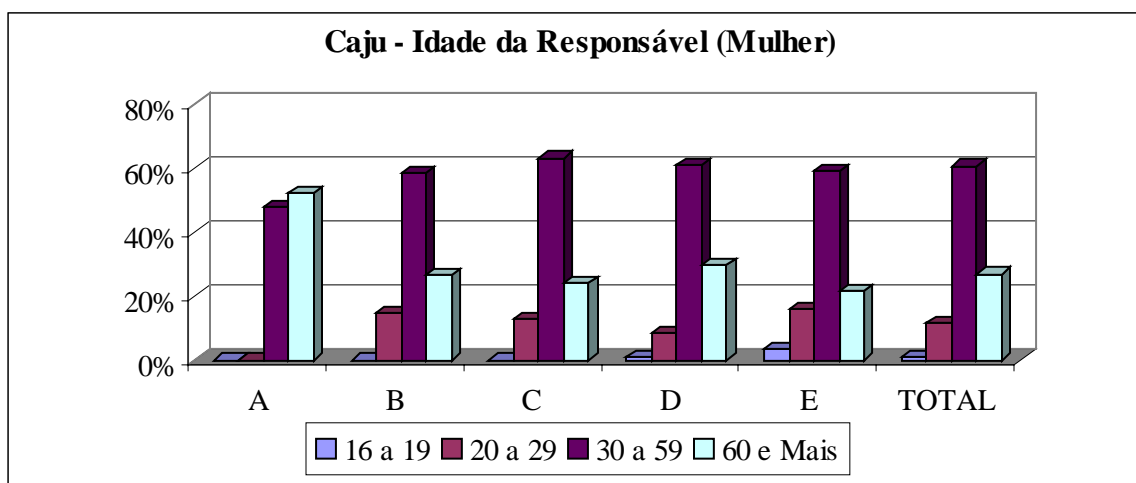
domicílios tipo E mostra não apenas que a expectativa de vida das mulheres nos domicílios mais pobres é muito menor, mas também que estes domicílios, em geral, não contam com a presença de mulheres com renda fixa provenientes de pensão ou aposentadoria.

Figura 8



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria.

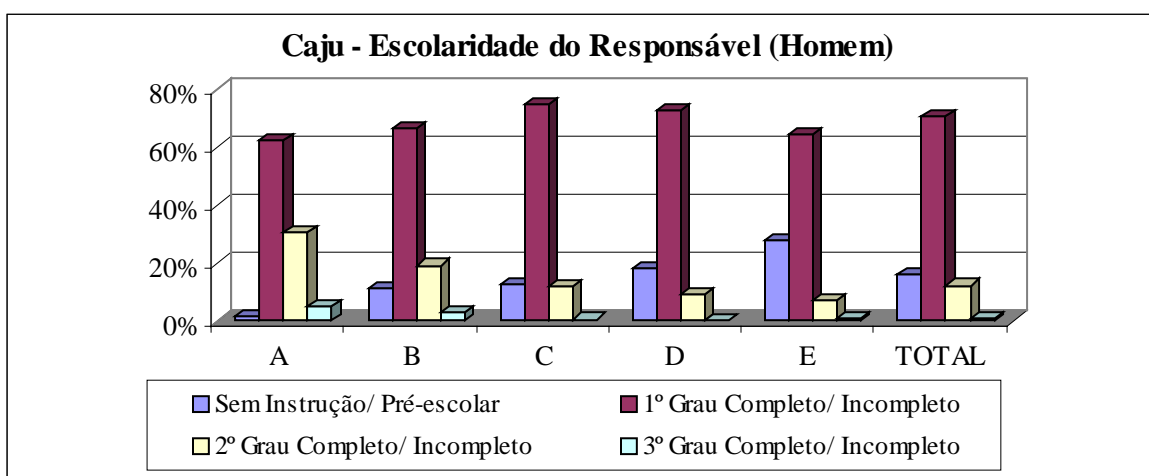
Figura 9



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria.

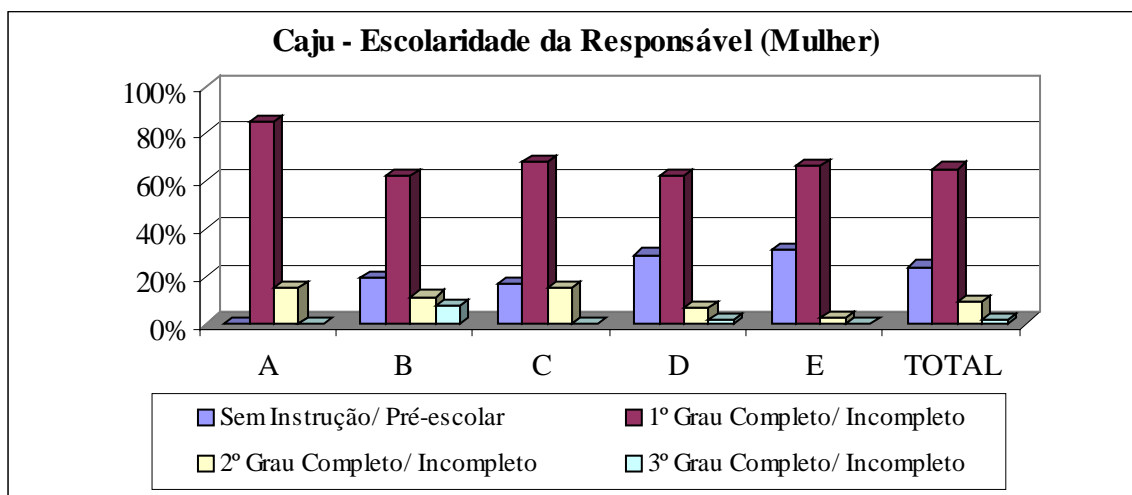
No que diz respeito à escolaridade dos responsáveis por domicílio das comunidades de baixa renda do Caju (figuras 10 e 11) observa-se que, tanto homens quanto mulheres estudam pouco. O analfabetismo aparece em praticamente todos os tipos de domicílio chefiados por ambos os sexos, mas num percentual ainda maior nos domicílios chefiados por mulheres. Em todos os tipos de domicílio, com responsáveis de ambos os sexos, há uma predominância de domicílios cujos responsáveis possuem apenas o primeiro grau completo ou incompleto.

Figura 10



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria.

Figura 11



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria.

O percentual de domicílios chefiados por mulheres que possuem o ensino médio é significativamente inferior ao percentual de domicílios chefiados por homens com esta mesma escolaridade. A situação piora quando se considera o terceiro grau, isso porque, de acordo com a figura 11, praticamente não existem domicílios chefiados por mulheres que tenham, pelo menos, chegado à universidade. No caso dos domicílios chefiados por homens, apesar de ser um percentual muito pequeno, existem domicílios (tipos A e B) cujos responsáveis chegaram a freqüentar a universidade.

Isso mostra o quanto a situação das mulheres chefes de domicílio do Caju, no que se refere à escolaridade é pior que a situação das mulheres responsáveis tanto por famílias quanto por domicílios no Brasil. Comparando os dados da figura 11 com os dados da tabela 17 do capítulo anterior, observam-se algumas diferenças quanto à escolaridade das mulheres chefes de domicílio do Caju e das mulheres chefes de famílias pobres e não pobres no Brasil. De acordo com a tabela 17, as maiores incidências proporcionais de famílias com mulheres responsáveis se situam nos extremos, ou seja, entre as menos instruídas e entre as de maior escolaridade. Oliveira, Sabóia e Cobo (2002) também chegam a esta mesma evidência ao observar domicílios chefiados por mulheres por classe de anos de estudo no Brasil.

Entre as cinco mulheres entrevistadas, somente uma havia concluído o segundo grau, todas as demais não chegaram a concluir o ensino fundamental. O trabalho precoce como domésticas e a maternidade (gravidez e cuidado com os filhos) foram os principais fatores atribuídos por estas mulheres como responsáveis pelo abandono dos estudos:

“Parei de estudar na 4ª série lá em Minas mesmo, com 9 anos. Não voltei a estudar aqui no Rio, porque em casa de família não dá pra gente estudar, né. Agente só tem hora pra acordar, não tem hora pra dormir pra nada! Então, não tem condições de estudar.” (O. R.)

“Deixei de estudar antes de vim pro Rio, porque eu trabalhava de doméstica, parei de estudar com 12 anos. Aí depois não quis mais estudar porque não tinha condições de estudar, porque quando você trabalha de doméstica, dormindo no trabalho, você tem esperar os filhos da madame ir dormir tem que esperar o patrão, a madame, ... então não tinha condição. Pra eu não chegar atrasada no colégio eu preferia nem estudar, nem quis mais tentar o estudo também. Trabalho eu tenho minha profissão, sei fazer unha, sou manicure, faxineira, cozinheira, serviços gerais, tudo isso tá na minha carteira de trabalho.” (M. M.)

“Eu deixei de estudar porque eu trabalhava na casa das “madame” lá, e elas não admitiam que eu estudasse, mas eu tinha que trabalhar pra ajudar minha mãe, né? Que tinha sete filhos e a mais velha era eu, aí não deu pra mim estudar mais, continuar meus estudos.” (D.)

Nenhuma das mulheres mencionam o estudo como estratégia de melhor inserção no mercado de trabalho. Uma delas chega a dizer: *“Eu posso melhorar de vida só se eu arrumar um trabalho bom, né? Nesse meu trabalho só dá pra ganhar merreca, não dá pra nada! Acho que com estudo não dá pra arrumar emprego bom não. Sei lá, já até desisti!”* (D.).

Além da escolaridade, a posição na ocupação dos responsáveis por domicílio das comunidades de baixa renda do Caju revela o quanto a pobreza também está relacionada à precarização do trabalho.

No caso dos domicílios cujos responsáveis são homens (tabela 24), observa-se que o emprego com carteira de trabalho assinada e a posição de empregador são características dos domicílios menos pobres (tipos A, B e C), enquanto que nos domicílios mais pobres (tipo E) o percentual de responsáveis sem carteira assinada é bastante superior aos demais tipos de domicílios e a posição de empregador é insignificante.

Tabela 24 – Caju – Posição na Ocupação do Responsável (Homem)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	A	B	C	D	E	TOTAL
Empregado com carteira	51,2%	54,9%	54,7%	47,2%	20,8%	47,4%
Empregado sem carteira	12,4%	9,7%	13,8%	16,9%	23,8%	15,5%
Empregador	9,5%	8,4%	4,0%	2,9%	1,1%	4,1%
Conta-própria/ cooperativado	16,4%	14,0%	13,4%	14,7%	17,3%	14,6%
Empregado doméstico com carteira	-	-	0,5%	0,9%	-	0,5%
Empregado doméstico sem carteira	1,5%	0,4%	0,4%	-	0,5%	0,3%
Não-remunerados/ auto-consumo	1,5%	-	-	0,6%	-	0,3%
Não declararam	7,5%	12,6%	13,3%	16,8%	36,6%	17,3%
TOTAL DE DOMICÍLIOS	201	714	1.548	1.594	631	4.688

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria

A posição na ocupação das mulheres responsáveis por domicílio do Caju (tabela 25), é ainda bem mais precária que a dos homens. A atuação das mulheres como conta-própria é bastante significativa, principalmente entre as responsáveis por domicílios do tipo E. Isso mostra que as mulheres mais pobres têm mais dificuldades de conseguirem empregos tanto formais quanto informais no mercado de trabalho e por isso, trabalham por conta-própria.

Tabela 25 – Caju – Posição na Ocupação da Responsável (Mulher)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	A	B	C	D	E	TOTAL
Empregado com carteira	15,2%	20,2%	16,7%	14,6%	3,6%	13,9%
Empregado sem carteira	6,5%	8,9%	6,2%	7,1%	7,6%	7,0%
Empregador	-	1,8%	0,5%	-	-	0,3%
Conta-própria/ cooperativado	26,1%	16,7%	11,8%	13,4%	12,7%	13,4%
Empregado doméstico com carteira	-	7,1%	13,3%	5,3%	-	6,9%
Empregado doméstico sem carteira	-	1,8%	11,5%	7,6%	9,1%	8,3%
Não-remunerados/ auto-consumo	-	-	-	-	-	-
Não declararam	52,2%	43,5%	40,0%	52,1%	67,1%	50,2%
TOTAL DE DOMICÍLIOS	46	168	593	779	331	1.917

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria

Nenhuma das mulheres entrevistadas tinham um emprego formal. Algumas já trabalharam com carteira de trabalho assinada, mas no momento apresentam-se inseridas em atividades não formais e bastante precárias. Em geral, trabalham realizando serviços

como: faxina, lavagem de roupa, acompanhante de idosos, entre outros. Até mesmo as que já trabalharam no mercado formal têm tido dificuldades de conseguirem um emprego. Uma das mulheres que era auxiliar de serviços gerais, mas que no dia da entrevista estava desempregada, relatou que atualmente está muito difícil conseguir um emprego, até mesmo *biscates* como faxineira. A razão disso, segundo ela, é o local de exclusão social em que vivem: “*Não consigo um emprego, tenho corrido, procurado, masnem como faxineira, empregada doméstica ... a dificuldade é que pra conseguir precisa pistolão, conhecimento, porque é muito difícil, assim ... eles darem emprego pra gente quando sabe que a gente mora em favela*”. (D. S.)

O emprego doméstico continua um dos empregos mais importantes das mulheres pobres. Interessante notar (tabela 25) que o emprego doméstico sem carteira é maior entre as responsáveis por domicílios mais pobres: quanto mais pobre o tipo de domicílio maior é o percentual de mulheres que atuam como empregada doméstica sem carteira assinada, nos domicílios tipo E todas as mulheres empregadas domésticas são informais.

Estes problemas, por sua vez, podem estar ligados à baixíssima instrução destas mulheres, com cerca de 30% das mesmas sem qualquer instrução (figura 11). Desta forma, fica evidente a importância de políticas que visem a elevação da escolaridade em conjunto com maiores oportunidades de emprego formal para a retirada destas mulheres da situação de pobreza.

Tanto na tabela 24 quanto na tabela 25 observa-se um elevado percentual de responsáveis por domicílio que não responderam sobre a posição na ocupação. Na verdade, estas pessoas foram detectadas como desempregadas ou inativas. A tabela 26 apresenta o percentual de responsáveis de ambos os sexos que não foram identificados – que constam na categoria *não declararam* – nas tabelas anteriores. Infelizmente não foi possível obter os dados separados para homens e mulheres, mas ainda assim é possível se ter uma aproximação da condição da ocupação destes responsáveis.

Tabela 26 – Caju – Condição de Ocupação dos Responsáveis (Homens e Mulheres) por Domicílio Não Declarados

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO	A	B	C	D	E	TOTAL
Desempregado	-	-	8,4%	4,9%	29,4%	11,5%
Aposentado ou Pensionista	100,0%	84,7%	67,5%	67,1%	36,0%	61,6%
Do lar	-	9,2%	18,5%	18,8%	22,7%	18,5%
Outra	-	2,5%	5,6%	9,2%	11,9%	7,8%
Não responderam	-	3,7%	-	-	-	0,3%
TOTAL DE DOMICÍLIOS	39	163	443	674	453	1.772

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria

As três últimas tabelas mostram claramente que a pobreza é marcada pela atividade informal e o desemprego. O percentual de domicílios cujos responsáveis estão desempregados é maior no tipo de domicílio mais pobre (tipo E), também são nestes domicílios que ocorre o maior percentual de responsáveis dedicados apenas aos afazeres domésticos (22,7%, provavelmente mulheres). Outra observação importante é a grande presença de aposentados e pensionistas em todos os tipos de domicílio. Vale ressaltar que a presença de idosos aposentados ou pensionistas garante uma renda fixa e contínua em seus domicílios. No caso dos domicílios do tipo A, os 7,5% de homens e as 52,2% de mulheres que não declararam a posição na ocupação são, na verdade, aposentados ou pensionistas, sendo assim, nos domicílios de melhor situação sócio-econômica não existem responsáveis em situação de desemprego ou destinados apenas aos afazeres domésticos. Isso, por sua vez, explica a melhor condição econômica dos domicílios tipo A.

A distribuição dos responsáveis por domicílio do Caju nos ramos de atividade (tabelas 27 e 28) do mercado de trabalho segue a distribuição de homens e mulheres nos diferentes ramos de atividade na média brasileira (ver tabela 10 – capítulo 2).

O percentual tanto de homens quanto de mulheres é maior no ramo de serviços, o que reflete não apenas uma realidade do Rio de Janeiro – que tem como principal setor de sua economia o setor de serviços – mas também o fato de que a população pobre é incorporada em atividades de baixa produtividade e baixa remuneração – atividades estas que caracterizam o setor de serviços (Rocha, 1997). No caso das mulheres a atuação neste setor explica-se pela grande atuação das mesmas como empregadas domésticas, muitas delas, sem carteira de trabalho assinada (ver tabela 25). A atuação dos homens mostra-se

melhor distribuída entre os diferentes ramos de atividade, com um percentual significativo de homens atuando na indústria, na construção civil e nos transportes.

Tabela 27 – Caju – Ramo de Atividade do Responsável (Homem)

RAMO DE ATIVIDADE	A	B	C	D	E	TOTAL
Indústria	13,9%	8,7%	8,7%	9,0%	6,8%	8,8%
Comércio/reparação	6,0%	10,5%	8,8%	12,0%	7,1%	9,8%
Serviço	51,7%	48,6%	45,6%	39,6%	27,6%	41,9%
Construção civil	10,4%	9,4%	12,8%	15,4%	14,3%	13,2%
Transporte	10,4%	8,8%	8,7%	5,5%	6,7%	7,4%
Outro	-	0,8%	0,2%	0,8%	1,0%	0,6%
Não declararam	7,5%	13,2%	15,2%	17,8%	36,6%	18,3%
TOTAL DE DOMICÍLIOS	201	714	1.548	1.594	631	4.688

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria

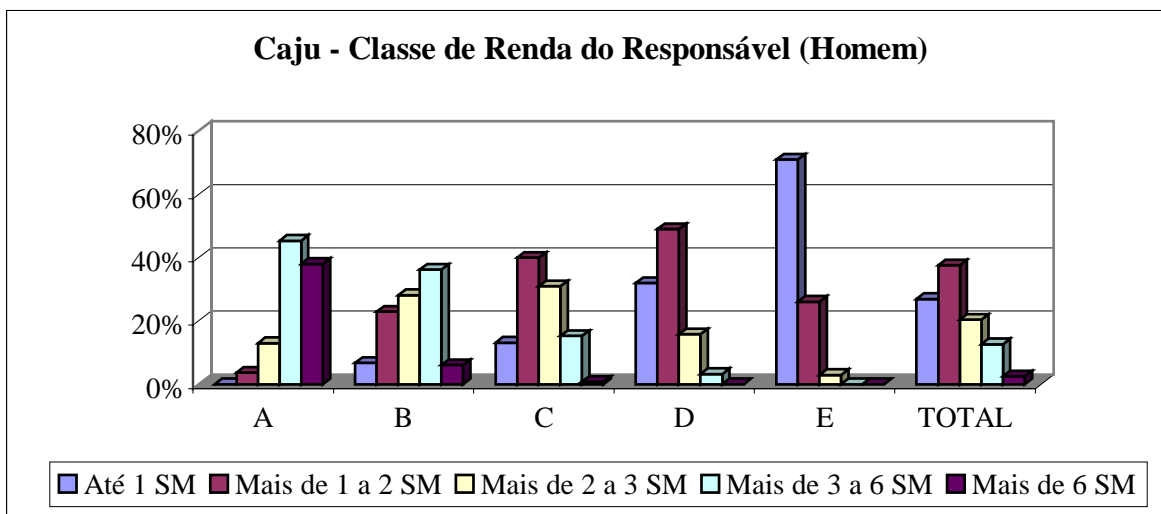
Tabela 28 – Caju – Ramo de Atividade da Responsável (Mulher)

RAMO DE ATIVIDADE	A	B	C	D	E	TOTAL
Indústria	6,5%	6,0%	4,7%	3,1%	1,8%	3,7%
Comércio/reparação	28,3%	8,9%	6,2%	2,4%	5,7%	5,4%
Serviço	13,0%	39,3%	48,6%	40,4%	25,4%	39,6%
Construção civil	-	-	-	0,4%	0,0%	0,2%
Transporte	0,0%	2,4%	0,5%	0,4%	0,0%	0,5%
Outro	-	-	-	-	-	-
Não declararam	52,2%	43,5%	40,0%	53,3%	67,1%	50,7%
TOTAL DE DOMICÍLIOS	46	168	593	779	331	1.917

Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria

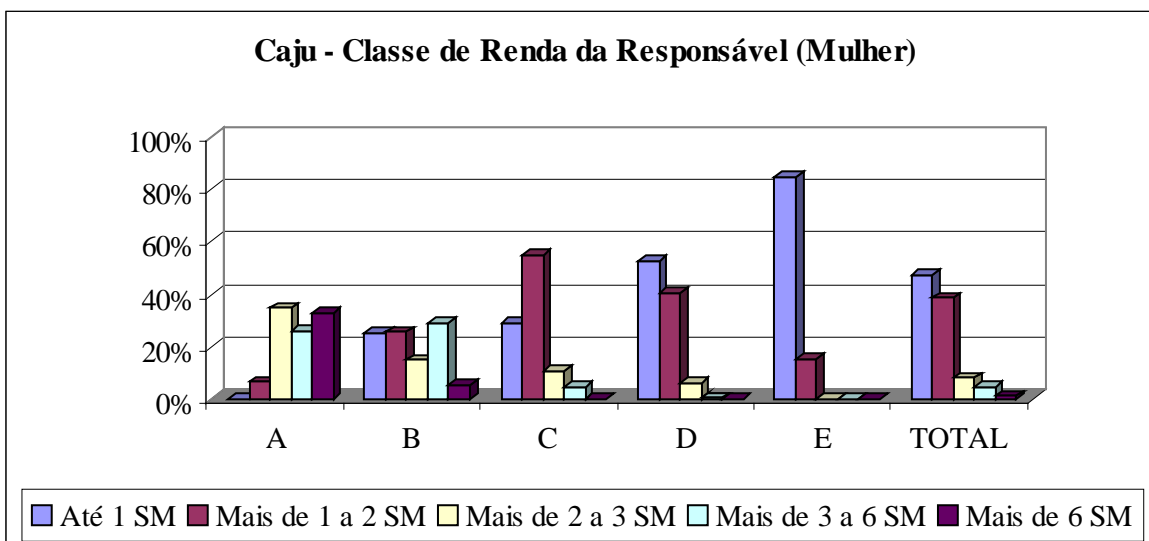
Esta maior atuação dos homens responsáveis por domicílios em alguns ramos de atividade que se caracterizam por melhores remunerações, como é o caso da indústria, serve de explicação para os melhores rendimentos dos domicílios sob responsabilidade masculina. As figuras 12 e 13 trazem informações sobre os rendimentos dos responsáveis para cada tipo de domicílio.

Figura 12



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria.
Nota: SM= Salário Mínimo.

Figura 13



Fonte: FIRJAN/IETS. Elaboração Própria.
Nota: SM= Salário Mínimo.

Comparando-se a participação de homens e mulheres nas diferentes classes de renda, observa-se que, em todos os tipos de domicílios, os rendimentos das mulheres chefes são menores que os rendimentos dos homens chefes. Na média total, enquanto apenas 6% das mulheres chefes recebem mais de três salários mínimos, 15% dos homens chefes recebem este mesmo rendimento.

Os menores rendimentos auferidos pelas mulheres chefes de domicílio das comunidades do Caju deixa bastante clara a maior vulnerabilidade dessas mulheres à pobreza. E esta vulnerabilidade, por sua vez, está ligada ao fato de que estas mulheres além de arcarem com as atividades domésticas necessitam trabalhar para sustentar o domicílio, pois em geral, não contam com um companheiro. Como a atuação da mulher no mercado de trabalho está condicionada à maternidade e à discriminação que sofrem neste mercado, a inserção feminina no mesmo se dá, em geral, em postos de trabalho mais precários e de baixa remuneração – o que pôde ser observado na análise da posição na ocupação e do ramo de atividade em que estão inseridos homens e mulheres chefes de domicílio do Caju.

Andrade (2004), que realizou um trabalho sobre direitos de propriedade e renda pessoal fazendo um estudo de caso sobre o Caju, mostrou por intermédio de uma análise econométrica o efeito das características dos moradores chefes de domicílios do Caju sobre o rendimento domiciliar *per capita*. Nesta análise ficou constatado que o rendimento domiciliar *per capita* esperado dos domicílios com chefes homens no Caju é 19,4% maior do que os domicílios com chefes mulheres (Andrade, 2004).

Ainda segundo esta autora, o resultado de sua análise está de acordo com a literatura empírica sobre o tema, que por sua vez, constata a existência de discriminação no mercado de trabalho em favor dos homens em detrimento das mulheres. Além disso, na amostra de sua pesquisa, 84,3% dos domicílios chefiados por mulheres não têm cônjuge e 76,5% têm outros moradores. Portanto, em geral, referem-se a domicílios com mães sozinhas que precisam prover o sustento de todo o domicílio, provocando um rendimento domiciliar *per capita* menor.

Na percepção das mulheres entrevistadas, a atuação governamental seria essencial para que elas pudessem conseguir, de forma continuada, o sustento de suas famílias. Todas as mulheres entrevistadas disseram que já haviam sido beneficiadas ou estavam sendo beneficiadas por algum programa governamental: ou da prefeitura ou do governo federal (Bolsa Família). No entanto, segundo essas mulheres esses programas são temporários e não resolvem a questão do desemprego e da insegurança quanto à renda futura, por isso segundo elas, o governo poderia, através dos programas sociais, dar cursos de gerenciamento de pequenos negócios ou cursos profissionalizantes que garantissem

empregos formais. As falas dessas mulheres expressam bem a sensação de abandono pelo poder público:

“Eu acho que eu tenho condições de melhorar de vida, se eu pegasse um curso de gerenciamento (governo) e pegasse um dinheiro quer dizer com o que eu aprendi e com o dinheiro dava pra eu ir pra frente. Porque eu com R\$ 10,00 eu me ajeito, então se eu pegasse um dinheiro maior, dava pra eu ir pra frente. Como foi, por exemplo, esse curso que eu fiz (“Com licença, eu vou a luta”, da prefeitura), a moça deu uma aula básica, né, no meu caso foi aula de culinária, só que depois não deram assistência pra gente. Só tem uma professora que a gente ainda pode ligar pra ela que ela dá uma atenção, mas a prefeitura fez ela dar o curso, mas depois abandonou, acabou”. (O. R.).

“Acho que posso melhorar de vida sim, posso sim! Se eu tiver condição de arrumar um lugar pra mim ou uma pessoa pra mim trabalhar, porque eu sei trabalhar, aí eu tenho condição sim! Se eu tiver uma ajuda, não sei de onde, não sei de onde pode vir, mas se eu tiver uma ajuda e material pra eu conseguir trabalhar, eu tenho condição sim de melhorar de vida e dar uma condição melhor pra os meus netos, meus filhos já estão criados.” (M. M.).

“Me inscrevo nesses projetos da prefeitura mas esses projetos dura uns dois anos e esse agora que terminou (Mulheres em Ação), beneficiada eu não fui. Tem mulher que é beneficiada, mas eu não fui beneficiada. Se eles colocassem o projeto e eles dessem também o benefício ou então ajudassem a achar emprego, porque não teve tanto restaurante popular por aí? Então se eles tivessem colocado a gente pra trabalhar, seria uma boa! Mas não colocaram, né ... fazer o quê?” (M. G.).

Concluindo, com a análise do estudo de caso das comunidades de baixa renda do Caju pode-se dizer que a chefia feminina domiciliar evidencia a pior situação sócio-econômica das mulheres, deixando claro como as mulheres experimentam de forma diferenciada o fenômeno da pobreza.

A discriminação que, em geral, as mulheres sofrem no mercado de trabalho e o conseqüente menor rendimento, aliado à maternidade e a ausência do cônjuge são, sem dúvida, fatores que mostram o quanto essas mulheres estão mais vulneráveis à pobreza e a experimentam com mais intensidade que os homens.

V. Conclusão

O fenômeno da pobreza e da desigualdade de renda apresentaram-se como os principais temas motivadores dos estudos econômicos desde o surgimento da Economia como ciência. E desde então, muitos são os estudos que procuram entender e medir a pobreza com o objetivo de encontrar políticas para a sua redução ou até mesmo para a sua eliminação.

Contudo apenas após a década de 1970, como parte da luta travada pelo movimento feminista no Brasil, que este fenômeno vem sendo tratado respeitando-se as desigualdades de gênero que, por sua vez, explicam como homens e mulheres experimentam a pobreza distintamente.

Este trabalho procurou ser uma contribuição para o estudo da pobreza relacionando este fenômeno às questões de gênero. Mais especificamente, esta dissertação buscou ser uma resposta ao atual debate sobre a possibilidade de se considerar o aumento da chefia feminina domiciliar como um indicador do aumento da pobreza das mulheres.

Alguns estudos sobre o tema dizem que os domicílios chefiados por mulheres são os “mais pobres dos pobres” porque têm maior probabilidade de serem pobres e de experimentarem a indigência em maior grau, enquanto outros, dizem que esta categorização dos domicílios chefiados por mulheres não pode ser considerada definitiva pois estes domicílios são muito heterogêneos. Por isso, foi realizado um estudo de caso dos domicílios localizados nas comunidades de baixa renda do Caju para que sua análise revelasse qual das duas vertentes mostra-se mais coerente.

O estudo de caso que envolveu tanto uma análise quantitativa quanto qualitativa revelou que as mulheres responsáveis por domicílio no Caju são mais pobres que os homens chefes de domicílio. No entanto, no terceiro capítulo ficou comprovado que as mulheres em geral, são mais pobres que os homens (já que devido à discriminação no mercado de trabalho e à maternidade participam menos da riqueza do país). Portanto, a

maior pobreza dessas mulheres não está ligada à chefia feminina em si, mas à própria situação de desigualdades sociais que sofrem as mulheres.

Na análise quantitativa ficaram evidentes as condições mais precárias das mulheres chefes de domicílio do Caju no que diz respeito à escolaridade, atuação no mercado de trabalho e nível de rendimento.

A escolaridade dessas mulheres é menor que a dos homens em todos os tipos de domicílio. Além disso, a participação das mulheres nos graus de escolaridade mais elevados não acompanha a participação das mulheres responsáveis por domicílio no Brasil como um todo. Isso evidencia que as mulheres mais pobres e que vivem em locais de marginalidade não foram beneficiadas pela elevação da escolaridade feminina que se observou em todo o país. Nas entrevistas, a necessidade de trabalharem ainda muito jovens aliada à necessidade de cuidarem dos filhos foram os principais fatores colocados como motivo para o abandono dos estudos.

A informalidade do emprego e o trabalho por conta-própria, no Caju, caracteriza não apenas o trabalho feminino, mas também o masculino. Contudo, o trabalho feminino caracteriza-se por uma maior precarização, o que por sua vez não é apenas um problema das mulheres que vivem em comunidades de baixa renda, mas é uma realidade em todo o Brasil. O abandono do poder público e a discriminação que sofre a população residente em favelas foram colocados, pelas entrevistadas, como os principais fatores que explicam a falta de emprego e de oportunidades para as mulheres.

O argumento de que essas mulheres seriam mais pobres porque não contam com um companheiro, mostrou-se um argumento questionável dado que como apresentado nas entrevistas, a ausência do cônjuge é vista por essas mulheres como um benefício e não como mais um fator que contribuiu para o empobrecimento das mesmas.

A ausência do cônjuge para muitas mulheres pode estar evidenciando um aumento do *empowerment* feminino, ou seja, uma elevação do poder de decisão das mulheres sobre suas famílias e sobre suas próprias vidas. De acordo com as entrevistas, todas as mulheres acreditavam que, caso tivessem um companheiro, estariam experimentando uma situação de pobreza ainda pior. Isso, por sua vez comprova a visão de Chant (2003) sobre a pobreza

secundária a que estão sujeitas algumas mulheres que vivem em domicílios chefiados por homens.

Com isso, foi possível entender que a chefia feminina domiciliar não pode ser apresentada como indicador de maior pobreza das mulheres, mas, sim, como indicador de maior vulnerabilidade feminina à pobreza, já que contribui para caracterizar a pobreza diferenciada para homens e mulheres evidenciada pelas desigualdades entre os sexos.

Referência Bibliográfica

Fontes primárias:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Censo Demográfico, 1991”. Rio de Janeiro. Departamento de População e Indicadores Sociais.

_____, “Censo Demográfico, 2000”. Rio de Janeiro. Departamento de População e Indicadores Sociais.

_____, “Síntese de Indicadores Sociais, 2002”. Rio de Janeiro. Departamento de População e Indicadores Sociais, 2003.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro & IETS, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Microdados da Pesquisa sobre Comunidades de Baixa Renda do Rio de Janeiro, 2003.

Artigos e Livros:

ABRAMO, Pedro (2003). A dinâmica do mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres. *Coleção Estudos da Cidade*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, março. Disponível em: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br. Acesso em: 14 dez. 2005.

ANDRADE, Maria Isabel de Toledo (2004). *Direitos de propriedade e renda pessoal: um estudo de caso das comunidades do Caju*. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado.

BARROS, R. P. de; FOX, L. ; MENDONÇA, R. (1994). Pobreza e Domicílios Chefiados por Mulheres. In: LAVINAS, L. (org). *Seminário Nacional, 2: Política Econômica, Pobreza e Trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2000). A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.

BARROSO, Carmem (1978). *Sozinhas ou mal acompanhadas – a situação da mulher chefe de família*. Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro: IUPERJ.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa (2001). Trabalhadoras brasileiras nos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. In: *Mulher e Trabalho*, v. 2, pg. 95-106. Porto Alegre: PED-RMPA.

CHANT, Sylvia (2003). *Nuevos aportes para el análisis de la pobreza: desafíos metodológicos y conceptuales para entender la pobreza desde una perspectiva de género*. Cepal: Unidad Mujer y Desarrollo.

GALBRAITH, John Kenneth (1985). O Consumo e o Conceito da Família. In: *Literatura Econômica*, v. 7, n. 1. Rio de Janeiro: IPEA.

GODOY, Lorena (2003). *Entender la pobreza desde la perspectiva de género*. Documento preparado com base nas discussões do grupo interdivisional sobre Pobreza e Gênero realizadas na Cepal entre maio e julho de 2003 e da Reunião de Expertos sobre Pobreza e Gênero. Santiago do Chile, 12-13 ago.

HASENBALG, Carlos (2003). *Pobreza no Final do Século XX*. In XI Congresso Brasileiro de Sociologia. SP: Campinas.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso (2004). Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. In: *Nova Economia*, v. 14, n. 2, pg. 35-58. Belo Horizonte: UFMG.

KERSTENETZKY, Célia (2000). *Progresso e Pobreza na Economia Política Clássica: as visões de Smith e Malthus*. (Mimeografado).

LAVINAS, Lena; AMARAL, Marcelo Rubens do; BARROS, Flávio (2000). Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. *Texto para Discussão*, n. 756. Rio de Janeiro: IPEA.

LEME, M. C.; WAJNMAN, S. (2000). Tendências de coortes nos diferenciais de rendimentos por sexo. In: HENRIQUES, R. (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.

MACHADO, L. Z. (1998). Gênero, um novo paradigma? In: *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, n. 11, pgs. 107-125.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de (2003). Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 4, n. 2, pgs. 323-350.

MELO, Hildete Pereira de (2000). O trabalho feminino no mundo rural. *Texto para Discussão*, n. 140. Niterói: UFF.

_____, (2004). *Gênero e Pobreza no Brasil*. Relatório final do Projeto Governabilidade democrática de gênero em América Latina y el Caribe. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e Cepal.

MORAES, M. L. Q. (1998). Usos e limites da categoria gênero. In: Cadernos Pagu. Campinas: UNICAMP, n. 11, pgs: 99-105.

OLINTO, Gilda; OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de (2001). A inserção no trabalho segundo a condição na família: dados da PNAD 2001 para o Brasil urbano. In: *Mulher e Trabalho*, v. 4, pg. 31-44. Porto Alegre: PED-RMPA.

OLIVEIRA, A. ; MELO, H. P. (2005). *Energia e Pobreza*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. (mimeografado).

OLIVEIRA, S.; SABÓIA, A. L.; COBO, B. (2002). Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos Censos Demográficos 1991 e 2000. *Texto para Discussão*, n. 7. Rio de Janeiro: IBGE.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, Diagnóstico do Favela-Bairro (Comunidade da Quinta do Caju), Rio de Janeiro, janeiro de 1996.

ROCHA, Sônia (1997). Tendência evolutiva e características da pobreza no Rio de Janeiro. *Texto para Discussão*, n. 536. Rio de Janeiro: IPEA.

_____, (2003). *Pobreza no Brasil – Afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV.

SABÓIA, Ana Lúcia; SOARES, Cristiane (2004). O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge – uma contribuição à discussão da “feminização da pobreza”. In: *Gênero*, v. 4, n. 2, pg. 53-52. Niterói: EdUFF.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine (1999). *O Tamanho da Pobreza – Economia Política da Distribuição de Renda*. Rio de Janeiro: Garamond.

SEN, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SMEEDING, Timothy M. (2000). *Sociology of Poverty*. NY: Luxembourg Income Study Working Paper, nº 315.

VAITSMAN, J. (2001). Gênero, Identidade, Casamento e Família na Sociedade Contemporânea. In: MURARO, R. M. & PUPPIN, A. B. (org) *Mulher, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pgs. 13-20.

Sites acessados:

www.ibge.gov.br (acessado em vários dias)

www.presidencia.gov.br/spmulheres (acessado em 22/02/2006)

www.ipea.gov.br (acessado em vários dias)

Anexo

ENTREVISTAS:

1) **Codinome: O. R.**

É mineira, tem 49 anos, é solteira, tem cinco filhos (cada um de um pai diferente), e nunca teve um marido.

Atualmente atua como comerciante (tem seu pequeno negócio na frente do seu domicílio, onde vende doces, sorvetes e refrigerantes), mas quando chegou no Rio de Janeiro, com 10 anos de idade, trabalhou como empregada doméstica (trabalhava em troca de comida e moradia, não tinha carteira de trabalho assinada nem podia estudar, os patrões não deixavam)

Freqüentou até a 4ª série do ensino fundamental, sua renda atual é cerca de R\$ 120,00. Onde R\$ 94,00 é proveniente do programa Bolsa Família e o restante do seu pequeno comércio, que segundo ela não rende muito lucro, já que a concorrência dentro da própria favela é muito grande (“*aqui no Caju muita gente tem seu próprio comércio*”).

O domicílio onde mora é cedido e é ela mesma quem sustenta todo seu domicílio, inclusive os filhos que moram com ela (dois rapazes: 10 e 18 anos, e uma moça de 15 anos), não tem ajuda de parentes nem de nenhum dos pais dos filhos.

HISTÓRIA DE VIDA

“Minha família era lá do interior de Minas, só conheci minha mãe, mas apesar de que ela era casada com meu pai, eu nunca conheci ele. Tenho 13 irmãos, não conheço nenhum deles, só me lembro vagamente de quando eles eram pequenos. Com 6 anos eu fui colocada num orfanato, com 10 anos vim para o Rio e de lá pra cá fiquei por minha conta, né. Fiz muita besteira por aíbastante. Morei bastante tempo ali, agora onde é a prefeitura, né, no Teleporto, de lá eu vim pra cá.

Parei de estudar na 4ª série lá em Minas mesmo, com 9 anos. Não voltei a estudar aqui no Rio, porque em casa de família não dá pra gente estudar, né. Agente só tem hora pra acordar, não tem hora pra dormir pra nada! Então, não tem condições de estudar.

Nunca casei, mas já tive vários companheiros, cada filho meu é de um pai diferente, mas nunca tive ajuda deles, só me procuram quando estão pior que eu.

Fiquei grávida pela primeira vez com 19 anos e de lá pra cá foi um atrás do outro, uns ficavam, outros eu tirava. Nunca tive apoio de nenhum dos pais, quando sabiam que eu estava grávida eles corriam.

Eu me tornei chefe de domicílio desde que vim pro Rio. Quando eu vim pro Rio eu ficava na casa das pessoas em troca de prato de comida, aí vai ficando até a hora que dá, né, aí vai passando e vai passando... até a hora que eu entendi que ... a gente pode ganhar dinheiro de outras formas...aí no mundo.

Eu vim pra cá porque eu morava no Teleporto, mas o César Maia botou a gente no meio da rua, botou mesmo! Aí, eu vim pra cá, pra pagar aluguel aqui do lado, mas não tive condições por causa da barriga. Aí eu pedi pra as pessoas pra morar aqui, tava abandonado, e eu fiquei, tô aqui até hoje. Tô aqui no Caju há 10 anos, agora em abril faz 11 anos.

Moro no Caju porque não tive escolha, foi a necessidade. Na época, o que eu achava que poderia pagar só mesmo em favela. A minha intenção era vim pra comprar, mas chegou aqui também não deu.

Eu até gosto de morar aqui no Caju, têm lugares piores. Gostaria de morar em outros lugares mais pela cabeça dos filhos que nunca é igual a nossa, por mim não, graças a Deus eu vivo bem, tenho minhas amizades, tenho apoio aqui sempre que precisar, mas é mais mesmo pelos filhos. Meus filhos gostam de morar aqui, mas se pudessem sair eles gostariam. Moro aqui mais pela necessidade.

Não acho que se tivesse um companheiro minha situação seria melhor. Não mesmo, tem uns que botam a gente pra baixo, só querem tirar o pouco que a gente arruma. Eu me considero melhor sozinha do que com um homem.

Eu me considero rica pela minha disposição de encarar as necessidades do dia-a-dia, mas por outra parte eu me considero pobre porque eu quero fazer muita coisa e não tenho condição.

Eu acho que eu tenho condições de melhorar de vida, se eu pegasse um curso de gerenciamento (governo) e pegasse um dinheiro quer dizer com o que eu aprendi e com o dinheiro dava pra eu ir pra frente. Porque eu com R\$ 10,00 eu me ajéito, então se eu pegasse um dinheiro maior, dava pra eu ir pra frente. Como foi, por exemplo, esse curso que eu fiz (“Com licença, eu vou a luta”, da prefeitura), a moça deu uma aula básica, né, no meu caso foi aula de culinária, só que depois não deram assistência pra gente. Só tem uma professora que a gente ainda pode ligar pra ela que ela dá uma atenção, mas a prefeitura fez ela dar o curso, mas depois abandonou, acabou”.

2) Codinome: M. M.

É pernambucana, tem 50 anos, é separada, tem três filhos (todos acima de 18 anos).

É cozinheira, já trabalhou em muita “*casa de madame*”, mas já está desempregada há 2 anos, por isso, lava roupa para fora.

Freqüentou até a 3ª série do ensino fundamental, e sua renda atual é cerca de R\$ 80,00.

O domicílio onde mora é próprio e segundo ela vale em torno de R\$7.500,00. Ela vive com os três filhos e os quatro netos (10, 7, 5 e 1 anos de idade). Seu filho de 22 anos também trabalha, com isso a renda domiciliar chega a R\$380,00.

HISTÓRIA DE VIDA

“Meu nome é M. M., sou da cidade de Sobral, distante de Fortaleza 3 horas de viagem. Fui para Fortaleza com 9 anos de idade trabalhar como doméstica e com 16 anos vim para o Rio tentar a sorte.

Meu pai era funcionário público, minha mãe eu não gosto de falar muito, mas era uma mulher de vida livre ... eu fui criada pela minha avó ... e aqui no Rio eu sofri muito, mas eu me sinto vencedora, porque eu tenho meus três filhos, fui casada, separei, tô separada hoje. Hoje eu tenho 50 anos, mas me sinto feliz pelos meus três filhos e pelos meus 4 netos e até hoje eu luto pra ter uma vida melhor, não pra mim, mas sim para dar para os meus netos ... meus filhos já estão criados!

Eu fiquei grávida pela primeira vez com 24 anos, eu tive minha filha porque eu quis, por opção minha, eu tinha certeza daquilo que eu queria. Me casei com o homem que é pai dos meus três filhos, me separei, minha filha menor estava com 5 anos. Fui casada por 15 anos, me separei dele por causa da bebida e dos maus tratos, sempre trabalhei pra ajudar ele, a minha renda era mais que a dele, porque eu trabalhava vendendo avon, lavando roupa, fazendo unha aí eu resolvi me separar dele porque eu estava sofrendo muito, e não era justo meus filhos verem aquilo tudo que eu passava, aí eu resolvi me separar dele e tomei a decisão que até hoje nem na morte eu quero ele perto de mim! Acabei de criar meus filhos, ajudo minha filha a criar meus netos.

Deixei de estudar antes de vim pro Rio, porque eu trabalhava de doméstica, parei de estudar com 12 anos. Aí depois não quis mais estudar porque não tinha condições de estudar, porque quando você trabalha de doméstica, dormindo no trabalho, você tem esperar os filhos da madame ir dormir tem que esperar o patrão, a madame, ... então não tinha condição. Pra eu não chegar atrasada no colégio eu preferia nem estudar, nem quis mais tentar o estudo também. Trabalho eu tenho minha profissão, sei fazer unha, sou manicure, faxineira, cozinheira, serviços gerais, tudo isso tá na minha carteira de trabalho.

Não tenho nenhuma ajuda da minha família de origem, porque meu pai já é falecido e era muito humilde mesmo, não tinha como me ajudar nunca.

Também nunca tive ajuda do meu ex-marido, acho que se ainda tivesse com ele a minha situação seria muito pior.

Moro no Caju há 27 anos, que é a idade da minha filha. Vim pra cá porque aqui era uma condição melhor pra mim que eu podia pagar o aluguel, vim morar num barraco de madeira ... eu tinha condição, como eu tive condição de comprar um barraco pra mim aqui! Eu e o pai dos meus filhos trabalhava. Agente tinha condição! Porque agente pagava água, pagava luz onde eu morava, que era lá na cidade alta de Cordovil e agente pagava

aluguel e agente não tinha condição mais de pagar aluguel, então viemos pra cá por uma opção de sobrevivência de vida.

Gosto de morar no Caju, porque aqui nós somos uma comunidade carente, mas somos todo mundo humilde, temos condução, temos facilidade pra gente chegar em hospitaleh ... em supermercado, em tudo.

Acho que posso melhorar de vida sim, posso sim! Se eu tiver condição de arrumar um lugar pra mim ou uma pessoa pra mim trabalhar, porque eu sei trabalhar, aí eu tenho condição sim! Se eu tiver uma ajuda, não sei de onde, não sei de onde pode vir, mas se eu tiver uma ajuda e material pra eu conseguir trabalhar, eu tenho condição sim de melhorar de vida e dar uma condição melhor pra os meus netos, meus filhos já estão criados.

Eu sempre fui chefe de domicílio, mesmo junto com meu marido, mas eu me tornei chefe de domicílio liberta quando eu me separei há 15 anos”.

3) Codinome: M. G.

É paraibana, tem 46 anos e é casada. Tem duas filhas (12 e 10 anos). Sua primeira gravidez foi aos 32 anos depois de casada.

Concluiu o ensino médio e atualmente é do lar. Antes de casar atuou como professora de jardim de infância na Paraíba, apesar de sua formação não ser em magistério. Quando se casou parou de trabalhar para cuidar das filhas. Atualmente sua renda pessoal é de R\$ 145,00, onde R\$ 100,00 são provenientes do programa Mulheres em Ação da prefeitura e R\$ 45,00 do programa Bolsa Família do governo federal.

Considera-se chefe de domicílio porque seu marido está desempregado, não pode trabalhar porque tem bronquite asmática (não conseguiu se aposentar devido a idade, é muito jovem, atua apenas fazendo biscates nos fins de semana), e por isso, mesmo sendo do lar ela tem o rendimento maior que o dele. Além das bolsas provenientes dos programas, ela também faz alguns biscates como faxineira na casa de parentes, mas nestes biscates recebe muito pouco, cerca de R\$ 30,00 por faxina.

O domicílio onde reside é próprio, vale cerca de R\$8.000,00 (segundo ela) e a renda domiciliar gira em torno de R\$ 200,00. Apenas ela e o marido trabalham (fazendo biscates).

HISTÓRIA DE VIDA

“Olha, meu pai eu não conheci, né porque quando eu estava com a idade de 3 anos ele veio aqui pro Rio, então aqui mesmo no Rio de Janeiro ele desapareceu. Mamãe procurou, procurou, mas não sabe se ele é morto ou se é vivo. Agora minha mãe é lá da Paraíba, lá de Campina Grande. Meu pai era do Sertão, da Paraíba também. Aí, ela nunca

mais casou, só teve eu e criou eu sem meu pai. A minha mãe trabalhava na roça aí, na época ela criava assim galinha, essas coisas ... pra ajudar, né. Trabalhava no roçado.

Aí, eu conheci meu esposo, casei e vim pra aqui. Já vim com a menina com 7 meses, a mais velha, engravidei da outra ... aqui, tudo aqui. Meu marido ficou doente, tem 10 anos com essa doença. Ele não sabe como contraiu essa doença, se ele já tinha quando era novinho ou não, porque ele disse que ele adoecia lá, mas o povo achava assim: Ah, não ... é uma gripe, é não sei o que.... Aí, quando ele chegou aqui ... atacou ele até hoje. Tinha dia que eu ia levar ele pra atravessar, pra ir trabalhar, eu levava o nebulizador pra ele atravessar a passarela, e ele levava o nebulizador pro trabalho, né... pra ver se ele conseguia trabalhar. Muitas vezes recebia telefonema do trabalho dele pra me avisar que ele estava passando mal lá, pra eu esperar ele na rua, e assim foi!

Eu só trabalhei lá (Paraíba) mesmo, quando eu vim pra aqui só fiquei como do lar mesmo. Andei atrás, mas também não consegui, porque eles dizem que tem que ter uma carta pra provar o trabalho lá, pra eles me darem um trabalho aqui. Aí, as meninas eram muito pequenininhas, e na época não compensava, com o que eu ia ganhar, colocar uma pessoa em casa pra ficar do lado das crianças. Aí, como é que eu ia trabalhar, né? Aí, só ficou assim mesmo, de lá pra cá não consegui mais trabalho com carteira assinada.

Desde que ele (marido) ficou doente eu assumi a chefia da casa, fiz muito biscate. Na casa dos primos, né ... eles me chamam, de vez em quando, pra fazer faxina. Mas faxina na casa de pobre já sabe, né é... R\$ 30,00. Mas mesmo assim ganho mais que meu marido. Me inscrevo nesses projetos da prefeitura mas esses projetos dura uns dois anos e esse agora que terminou (Mulheres em Ação), beneficiada eu não fui. Tem mulher que é beneficiada, mas eu não fui beneficiada. Se eles colocassem o projeto e eles dessem também o benefício ou então ajudassem a achar emprego, porque não teve tanto restaurante popular por aí? Então se eles tivessem colocado a gente pra trabalhar, seria uma boa! Mas não colocaram, né ... fazer o quê?

Moro no Caju há 9 anos. Quando vim da Paraíba já vim direto pra aqui, porque o único cantinho que o dinheiro dele dava pra comprar era aqui mesmo, né, na época, então nós ficamos aqui. Gosto de morar aqui, porque já tenho amizade, a gente sai daqui pra ali já tem transporte a hora que quiser. É claro que eu gostaria de sair pra um ambiente melhor por causa das minhas filhas, pra tirar elas da favela. Apesar de que essa favela aqui é boa, é calma, não é como alguns lugares aí que acontece aquelas coisas ...

Acredito que a minha vida poderia melhorar se através da prefeitura eu conseguisse um trabalho pra trabalhar, já mudava a minha vida, porque meu negócio é querer ganhar empregada, eu queria sim trabalhar! Trabalhar e sustentar as minhas filhas, dar cursos pra elas educar elas pra elas terem uma vida melhor que a minha, né?"

4) Codinome: D.

É pernambucana, tem 32 anos, é solteira e mãe de seis filhos, sendo que apenas os três mais novos (7, 4 e 2 anos) moram com ela. Os dois primeiros, do seu primeiro companheiro, moram com a mãe dela em Pernambuco, e o terceiro, filho do eu segundo companheiro, mora em Campos com a família do pai.

Freqüentou até a 4ª série do ensino fundamental e atualmente atua como acompanhante de uma senhora nos finais de semana (não tem carteira assinada). Sua renda pessoal é de R\$ 160,00.

O domicílio onde mora com seus três filhos é cedido. Apenas ela trabalha.

HISTÓRIA DE VIDA

“Meu pai e a família do meu pai morava em Feira Nova (Pernambuco), minha mãe era de Vitória. Aí moraram juntos, e aí já sabe, né minha mãe teve dez filhos. Quando eu tava com 13 anos meu pai morreu, aí eu larguei o estudo, né fui trabalhar pra ajudar minha mãe minha mãe ficou com 7 filhos, né? Depois de um tempo vim pro Rio de Janeiro a primeira vez e ... na terceira vez fiquei aqui até hoje, não voltei mais. Quando eu vim de vez, eu tava com 22 anos, agora já tenho 32, já faz dez anos que eu tô aqui.

Eu trabalho de doméstica, trabalho de acompanhante ... o que aparecer eu tô trabalhando. Eu vim pro Rio pra trabalhar, vim eu mais uma amiga ... aí a amiga foi embora e eu fiquei. Me lasquei! aí foi quando eu conheci o pai do meu filho mais velho (que mora comigo), me separei e depois fui morar com o pai desses mais dois aí não deu certo, e pronto ... fiquei tomando conta dos três. Os meus dois filhos mais velhos estão em Pernambuco, um ficou com minha mãe e o outro com o pai, e o outro que tá em Campos mora com a avó dele por parte de pai. Minha primeira gravidez foi com 16 anos, lá em Pernambuco, os dois filhos mais velhos são lá de Pernambuco. Aqui no Rio eu tive o meu mais velho (que mora em Campos) com 24 anos.

Eu deixei de estudar porque eu trabalhava na casa das “madame” lá, e elas não admitiam que eu estudasse, mas eu tinha que trabalhar pra ajudar minha mãe, né? Que tinha sete filhos e a mais velha era eu, aí não deu pra mim estudar mais, continuar meus estudos.

Eu vim pro Rio porque eu tava fugindo do meu ex-marido, ele num largava do meu pé, aí eu vim pro Rio trabalhar, e aí eu fiquei aqui, já tem dez anos já. Escrevo pra eles lá, a carta volta, não sei se mudaram, não tenho contato nenhum mais com a minha família.

Nunca fui casada, só vivi junto só, esse último durou dois anos. Não tenho nenhuma ajuda dos pais dos meus filhos. Desde que eu achei de ter filho que eu me tornei chefe de domicílio.... Não acho que minha vida seria melhor com um marido, eu não acredito mais em marido nenhum! Deixa eu assim que tá bom demais! Tô de férias, tô traumatizada, não quero mais saber de marido não.

Eu posso melhorar de vida só se eu arrumar um trabalho bom, né? Nesse meu trabalho só dá pra ganhar merreca, não dá pra nada! Acho que com estudo não dá pra arrumar emprego bom não. Sei lá, já até desisti!

Eu vim pro Rio já trabalhando, trabalhava lá em Laranjeiras, em casa de família, fiquei quase 2 meses lá aí não deu certo, comecei a brigar com a filha da patroa, aí saí que a menina era muito abusada, aí fui conhecer o Rio de Janeiro. Aí conheci uma colega minha que morava em Bonsucesso, morei um pouco com ela, aí logo vim pro Caju, e tô aqui até hoje. Primeiro eu vim morar com a Rose, morava lá na Rua São Pedro, quando eu vim pra cá, eu vim morar com ela, aí eu briguei com ela, aí outra colega minha arrumou esse quarto e eu fiquei lá até hoje”.

5) Codinome: D. S.

É carioca, tem 35 anos, é solteira e tem quatro filhos (dois homens: 21 e 18 anos e duas mulheres: 16 e 15 anos), sendo que três vivem com ela, a mais velha já é casada e vive em Nilópolis.

Freqüentou até a 4ª série do ensino fundamental e sua profissão é: auxiliar de serviços gerais (atualmente desempregada). Sua renda pessoal é de R\$ 300,00, proveniente da pensão que recebe da Marinha (seu pai era funcionário da Marinha).

Seu domicílio é próprio. Atualmente, apenas seus filhos homens trabalham, são auxiliares de pedreiro. A renda total do domicílio gira em torno de R\$ 800,00.

HISTÓRIA DE VIDA

“Minha mãe era auxiliar de serviços gerais, meu pai, ele trabalhava na Marinha. Meu pai era da Paraíba, minha mãe era baiana. Eles se conheceram no Rio. Minha mãe era auxiliar de serviços gerais num emprego aqui na Avenida Brasil. Eu não trabalhava no mesmo emprego da minha mãe, não. Eu trabalhava em escola pública, mas não fiz concurso, não.

Eu parei de estudar porque tive filho nova, aí tive que parar, ou cuidava dos filhos ou estudava, né? Tive filho com 14 pra 15 anos, e não moro mais com meu marido não, já separei há 15 anos ... eu mandei ele mandei ir embora, morei com ele 13 anos.

Me tornei chefe de domicílio quando ele foi embora, eu já tinha meus quatro filhos. Agora ele não me dá mais ajuda, mas ele dava quando tava trabalhando, mas agora parado, não. Mas também agora meus filhos tão tudo grande. Quando eles eram novos ele dava pensão, mas também porque eu tinha corrido atrás.

Não sei se agora eu tivesse um marido minha vida seria melhor. Acredito que não, né? assim porque eu sempre trabalhei pra manter meus filhos.

Acredito que a minha situação pode melhorar sim. Tenho fé que sim, né? assim, eu acho que pra melhorar eu precisaria de um emprego. Não consigo um emprego, tenho corrido, procurado, masnem como faxineira, empregada doméstica ... a dificuldade é que pra conseguir precisa pistolão, conhecimento, porque é muito difícil, assim ... eles darem emprego pra gente quando sabe que a gente mora em favela.

Moro no Caju há 35 anos, fui nascida e criada aqui. Quando meus pais vieram morar no Rio, vieram morar aqui. Mas, não moro no domicílio dos meus pais não. O domicílio que eu moro foi comprado na época que eu casei, foi comprado. Não gostaria de sair do Caju, não, eu gostaria de sair da travessa onde eu moro. Só sairia do Caju, assim ... se fosse pra um lugar mais calmo, né?”

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)